

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada

Milena Lima Silva

Português como língua de acolhimento no Brasil: uma meta-análise

Brasília - DF
2025

Português como língua de acolhimento no Brasil: uma meta-análise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na Universidade de Brasília (UnB) como pré-requisito para o certificado de mestrado.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lucia Barbosa

Brasília – DF
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LL732p Lima Silva, Milena
Português como língua de acolhimento no Brasil: uma
meta-análise / Milena Lima Silva; orientador Lúcia Maria
de Assunção Barbosa. Brasília, 2025.
90 p.

Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Português como língua de acolhimento. 2. Meta-análise.
3. Síntese de pesquisa. 4. Ensino de línguas. 5. Ensino de
português. I. de Assunção Barbosa, Lúcia Maria , orient. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças à rede de apoio, inspiração e generosidade que me acompanhou ao longo da jornada acadêmica. Agradeço especialmente às bolsas da CAPES, fundamentais para minha permanência na universidade e para a democratização do acesso ao ensino superior. Reconheço, no entanto, que tais políticas exigem atenção constante e investimentos sustentáveis diante dos desafios enfrentados nos últimos anos

Agradeço, com profundo respeito e afeto, aos amigos que me acolheram em Brasília — por cada gesto de cuidado, pelas conversas sinceras e por dividirem comigo suas dores, suas histórias e suas lutas.

Este trabalho é atravessado pelas vozes dos estudantes em condição de assistência social, moradores da Casa do Estudante, pessoas pretas, de origem pobre, migrantes — sujeitos que, mesmo diante de inúmeras barreiras, seguem resistindo e reivindicando dignidade.

Registro aqui minha admiração e gratidão à Doutoranda Paola Resende e ao Mestre Jack de Araújo, por suas escutas generosas, suas partilhas potentes e pelo compromisso com um fazer acadêmico que transforma e acolhe. Suas amizades são tesouros que estarão sempre comigo.

À minha família, por todo apoio, conselhos e palavras de motivação.

Aos colegas do curso, por tantas trocas ricas e pela partilha dos desafios acadêmicos.

Agradeço ainda às pessoas migrantes que, com suas experiências e suas vozes, inspiraram e deram sentido a este trabalho.

Carrego comigo cada partilha, cada silêncio e cada olhar que fez parte desse percurso. São essas vivências que dão sentido à pesquisa e ao compromisso ético que ela carrega.

Resumo: Este estudo adotou uma perspectiva histórica dos trabalhos realizados no Brasil sobre o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), no período de 2010 a 2024, delineando um panorama da pesquisa aplicada no país com base nas variáveis: nomenclatura, tipo de estudo, uso múltiplo de nomenclatura e ano de publicação. O trabalho justificou-se a partir da problematização do uso da nomenclatura PLAc nos estudos da última década (Anunciação, 2018; Bulla e Kuhn, 2020; Lopez, 2018; Zambrano, 2021). Utilizou-se a metodologia da meta-análise, que permitiu o cruzamento de dados de diversos estudos qualitativos, traduzidos de forma quantitativa. Esse cruzamento de dados ocorreu por meio de análises estatísticas de natureza exploratória e inferencial, com o objetivo de gerar conclusões sobre a população de estudos de PLAc a partir da amostra analisada, permitindo assim a generalização dos resultados. O principal objetivo desta dissertação foi desenvolver uma meta-análise sobre os estudos de PLAc e elaborar uma obra de referência para pesquisadores e docentes da área. Para isso, inicialmente, realizou-se um levantamento da produção acadêmica em revistas brasileiras, por meio da plataforma Periódicos CAPES. Em seguida, uma amostra representativa de cem artigos publicados foi organizada em tabela com base nas variáveis e critérios de inclusão definidos. Por fim, foram aplicados testes estatísticos de caráter exploratório e inferencial. Esse percurso corroborou a hipótese — sustentada por estudos anteriores (Balzan *et al.*, 2023; Cursino, 2020; Bulegon e Soares, 2019; Sene, 2017; Cabete, 2010) — de que há uma lacuna significativa entre a produção científica e a prática docente relacionada ao PLAc. Ademais, deu-se atenção especial à teorização sobre o ensino de PLAc e aos conceitos que permeiam essa temática. Por meio dessa análise, foi possível delinear um panorama das pesquisas brasileiras sobre o tema, seu tratamento atual e as lacunas que ainda podem ser exploradas em estudos futuros.

Palavras-chave: português como língua de acolhimento; meta-análise; variáveis;

Abstract: This study adopted a historical perspective on research conducted in Brazil regarding Portuguese as a Host Language (PLAc) between 2010 and 2024, outlining an overview of applied research in the country based on the following variables: nomenclature, type of study, multiple nomenclature usage, and year of publication. The work was justified by the critical term examination of PLAc in recent literature (Anunciação, 2018; Bulla & Kuhn, 2020; Lopez, 2018; Zambrano, 2021). A meta-analysis methodology was employed, allowing for the cross-referencing of qualitative studies translated into quantitative data. This data convergence took place through statistical analyses of an exploratory and inferential nature, aimed at generating conclusions about the body of PLAc studies based on the analyzed sample, thus enabling generalization of the results. The main objective of this dissertation was to develop a meta-analysis of PLAc studies and produce a reference work for researchers and educators in the field. To this end, an initial survey of academic production published in Brazilian journals was carried out via the CAPES Journals platform. Subsequently, a representative sample of one hundred articles was organized into a table based on predefined variables and inclusion criteria. Finally, exploratory and inferential statistical tests were applied. This process supported the hypothesis—already suggested by previous research (Balzan et al., 2023; Cursino, 2020; Bulegon & Soares, 2019; Sene, 2017; Cabete, 2010)—that there is a significant gap between academic production and teaching practices related to PLAc. Furthermore, special attention was given to the theorization of PLAc instruction and the concepts surrounding this topic. Through this analysis, it was possible to outline the current landscape of Brazilian research on the subject, its present treatment, and the gaps that may still be addressed in future studies.

Keywords: Portuguese as a Host Language; meta-analysis; variables.

Sumário

1. Introdução	8
1.2 Justificativa	10
1.3 Objetivos	11
2. Referencial teórico.....	12
2.1 Breve panorama de desenvolvimento do Português como Língua de Acolhimento (PLAc).....	12
2.2 Panorama do ensino de português nas Universidades Federais brasileiras.....	16
2.3. Conceitos fundamentais que caracterizam PLAc.....	24
2.3.1. O contexto no ensino de PLAc	24
2.3.2. O público-alvo no ensino de PLAc	26
2.4. Problematização sobre as variáveis de análise.....	28
2.4.1. A nomenclatura.....	28
2.4.2. Uso múltiplo de nomenclatura	31
2.4.3. Tipo de estudo.....	32
2.4.4. Ano de publicação.....	33
3. Metodologia	35
3.1. Abordagens da Pesquisa Científica.....	35
3.1.1 Pesquisa Quantitativa.....	36
3.1.2 Pesquisa Qualitativa.....	37
3.1.3. A pesquisa Quali-quanti.....	39
3.2. Síntese de pesquisa.	39
3.2.1. Métodos na síntese de pesquisa	42
4. Meta-análise em curso.....	46
4.1. Retomando as variáveis de análise: nomenclatura, uso múltiplo de nomenclatura, tipo de estudo e ano de publicação	47
4.2. Critérios de inclusão	49
4.3. Limitações da Pesquisa	50
4.4. Tabulação dos artigos	51
4.5. Software de análise estatística: R Core Team (2024)	55
4.6. Análise exploratória	56
4.7. Análise inferencial	57
5. Resultados	60
5.1. Objetivos da análise exploratória.....	60
5.2. Objetivos da análise inferencial	60
5.3. Gráficos da análise exploratória.....	61
5.4. Gráficos da análise inferencial.....	73
6. Discussão	76
7. Conclusão.....	79

Lista de ilustrações

1. Quadro 1 - Comparativo: Síntese de pesquisa X Estado da Arte.....	41
2. Quadro 2 – Caracterização de meta-análise e metassíntese	44
3. Quadro 3 – identificação de artigos.	52
4. Quadro 4 – identificação de variáveis	53
5. Figura 1 - Quantidade de artigos publicados sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024	59
6. Figura 2 - Quantidade e tendência de artigos publicados sobre os estudos de Português como língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024	60
7. Figura 3 - Percentual de artigos na amostra por tipo de estudo	60
8. Figura 4 - Quantidade de artigos publicados sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024 por tipo de estudo	61
9. Figura 5 - Quantidade de artigos por uso de múltiplas nomenclaturas	62
10. Figura 6 - Quantidade de artigos por uso de múltiplas nomenclaturas e frequência de artigos pela quantidade de nomenclaturas distintas	62
11. Figura 7 - Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc	63
12. Figura 8 - Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc por tipo de estudo ..	64
13. Figura 9 - Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc por uso de múltiplas nomenclaturas	64
14. Figura 10 - Quantidade de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024	65
15. Figura 11 - Quantidade e tendência de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024	66
16. Figura 12 - Quantidade de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024 por tipo de estudo	68
17. Figura 13 - Quantidade de artigos que utilizam exclusivamente a nomenclatura PLAc por tipo de estudo	67
18. Tabela 1 - Distribuição de frequência dos termos utilizados nos 100 artigos analisados por tipo de estudo (Teóricos e Estudos de Caso).....	68
19. Tabela 2 - Termos utilizados nos Artigos que não adotaram a nomenclatura PLAc, por Tipo de Estudo (Teóricos e Estudos de Caso).....	69
20. Figura 14 - Quantidade de artigos por múltiplas nomenclaturas e tipo de estudo.....	70
21. Figura 15 - Quantidade de artigos que não utilizam a nomenclatura PLAc por tipo de estudo e uso de múltiplas nomenclaturas.....	70
22. Tabela 3 - Distribuição do uso correto da nomenclatura PLAc entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o teste qui-quadrado.....	71
23. Tabela 4: Distribuição do uso de múltiplas nomenclaturas entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o teste qui-quadrado.....	72
24. Tabela 5 - Distribuição do uso de Múltiplas nomenclaturas (sem o termo PLAc) entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o Teste Exato de Fisher.....	72
25. Tabela 6 -Distribuição do uso da nomenclatura PLAc entre ter múltiplas nomenclaturas, com o teste qui-quadrado.....	73

1. Introdução

As manifestações linguísticas resultantes do processo de migração deram origem, em países lusófonos europeus, especialmente em Portugal, ao campo de estudo atualmente conhecido como Português como Língua Adicional (PLA), que se consolidou após a década de 1980. De acordo com Pinto (2007), esse desenvolvimento fortaleceu os estudos sob uma perspectiva política e levou ao uso inicial da denominação Português como Língua Não Materna (PLNM). Posteriormente, esta se desenvolveu para outras designações, como Português como Língua Adicional (PLA), Português como Língua de Herança (PLH) e Português como Língua de Acolhimento (PLAc), foco da presente pesquisa.

No Brasil, os processos de migração forçada são predominantemente analisados por organizações internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Essas entidades coletam dados e quantificam os indivíduos residentes no país a partir de sua entrada pelas fronteiras, utilizando estatísticas governamentais para suas bases de acolhimento. Em 2023, o ACNUR divulgou no *Anuário Refúgio em Números* que 77.193 refugiados foram registrados no Brasil, o que representa uma variação de 1.232,1%, se comparado ao ano de 2022. A OIM, ao avaliar políticas governamentais bem-sucedidas na área da migração, divulgou que, em dezembro de 2017, 34.794 estrangeiros residentes no Brasil tiveram acesso ao benefício Bolsa Família. Instituições como essas fornecem suporte crucial aos órgãos públicos nacionais, como o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que utiliza esses dados para direcionar seus esforços em atender às necessidades dos deslocados forçados.

No Norte do Brasil, por exemplo, as consequências do processo migratório são evidentes no diversificado panorama linguístico, conforme revelado pelos estudos discutidos a seguir. Essas investigações identificaram a existência de mais de 50 línguas indígenas em interação com o espanhol, especialmente após os fluxos migratórios decorrentes da crise econômica na Venezuela. Essa interação é observada em setores como turismo, comércio, saúde (com o programa Mais Médicos), regiões fronteiriças, abrigos de refugiados, escolas públicas e instituições de ensino superior. De forma similar, embora em menor escala, há interações linguísticas com o francês, que possui importância histórica na região e se tornou mais presente recentemente devido ao fluxo migratório haitiano após a crise humanitária de

2010, além do japonês e coreano, devido à presença de empresas no polo industrial de Manaus, e também com o inglês (Heufemann-barría, Teixeira 2020; Monteiro, 2010; Teixeira, 2014).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior do norte do Brasil têm progressivamente ampliado suas iniciativas no ensino-aprendizagem do português como língua adicional, incluindo deslocados forçados, gerando um impacto significativo nos âmbitos educacional e social. No entanto, observa-se que a sociedade civil, é quem vem assumindo, majoritariamente, a responsabilidade de acolhida humanitária dos deslocados forçados, através de organizações não governamentais e religiosas, (Amado, 2013; Bizon, Camargo, 2018; Lopez, 2016). No mapeamento de Cotinguiba et al (2019), é apontado que as iniciativas para acolhimento ou ensino de português "partem, geralmente, de Ongs, igrejas em parceria com universidades estaduais e/ou federais por meio de projetos de extensão, grupos de iniciação à pesquisa ou programas e em institutos federais" (Cotinguiba et al, 2019, p.163). Já Cursinho (2020), argumenta que o maior desafio para a rede pública que recebe esses deslocados é o ensino de idiomas e para Balzan et al (2023), um dos maiores obstáculos para a integração social desse grupo continua sendo a questão linguística. Consequentemente, no cenário atual da linguística aplicada, especialmente no ensino de línguas, há uma crescente busca por novas abordagens voltadas ao ensino e à aquisição da língua portuguesa, seja ela considerada como língua estrangeira (PLE), segunda língua (PL2) ou língua adicional (PLA).

No que tange ao ensino de PLA, é evidente que, no contexto brasileiro, este tem se tornado cada vez mais comum entre indivíduos em situações de vulnerabilidade, seja devido a deslocamentos forçados ou à deterioração da qualidade de vida durante a pandemia global de Sars-Cov-2. Isso nos leva a reconhecer o ensino de português não apenas como uma língua adicional, mas como uma língua de acolhimento, dada a diversidade de necessidades metodológicas, psicológicas e fisiológicas envolvidas no ensino de línguas nesse contexto. Portanto, este artigo aborda o Português como Língua de Acolhimento (PLAc).

Outra razão de ser desta pesquisa é minha trajetória na área do português como língua de acolhimento (PLAc). Meu interesse por PLAc teve início durante minha graduação na Universidade do Estado do Amazonas. Em 2019, tive meu primeiro contato com o PLAc como voluntária no projeto de extensão "Ensino de Português para Estrangeiros (Imigrantes)" dando aulas de português para venezuelanos recém-chegados em Manaus. Em 2020, participei de um projeto de iniciação científica intitulado "Crenças sobre o Ensino de Português como

Língua Adicional para Estrangeiros em Contexto de Imersão”. Em 2021, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área de PLAc. No ano seguinte, em 2022, atuei no projeto “Vila Brasil”, ministrando aulas de PLAc. Essas experiências foram fundamentais para minha formação.

A experiência de ensinar português para venezuelanos em Manaus foi um divisor de águas na minha trajetória acadêmica. Os alunos que participaram do projeto compartilharam suas histórias de vida, o que me permitiu compreender a magnitude e a importância da aprendizagem do português em suas vidas. Essa vivência me fez sentir a necessidade de contribuir de forma mais eficaz para o ensino de PLAc. Durante minha iniciação científica, ao aprofundar meus estudos sobre PLAc, percebi a necessidade de continuar contribuindo para o desenvolvimento desse campo. Assim, decidi prosseguir com meus estudos acadêmicos na área, com o objetivo de aprimorar as práticas pedagógicas e oferecer um suporte mais adequado aos alunos em vulnerabilidade.

Dessa forma, este trabalho é pensado a partir da necessidade de contribuir teoricamente com práticas pedagógicas e pesquisas que atendam às necessidades específicas dessa população. Porque, de acordo com o documento “Diagnósticos Participativos” da ACNUR (2023, p. 10) os principais desafios entre adultos refugiados em relação à educação é a “dificuldade de acesso a cursos de português, por conta de conflito com horário de trabalho, ou por falta de oferta de cursos” e entre crianças são “barreiras linguísticas e falta de adequação dos currículos escolares para o acolhimento de crianças refugiadas”. No entanto, observa-se a publicação de diversos trabalhos científicos que contribuem com o desenvolvimento do tema, mas de acordo com alguns autores esse desenvolvimento é desigual entre a teoria e a prática no ensino de PLAc (Sene, 2017; Cabete, 2010; Bulegon, M., Soares, L., 2019). O principal problema que esta pesquisa pretende investigar é como esses estudos se desenvolvem, analisando quatro variáveis – nomenclatura, tipo de estudo, uso múltiplo de nomenclatura, ano de publicação –, com foco no uso da nomenclatura PLAc, para compreender o panorama atual e seu desenvolvimento.

1.2 Justificativa

A presente meta-análise dos estudos sobre PLAc no Brasil é justificada pelo que foi discutido anteriormente e pela problematização de tal nomenclatura em estudos da última década (ANúnciação, 2018; Bulla, Kuhn, 2020; Lopez, 2016; Zambrano, 2021) acerca das mudanças que desencadearam o desenvolvimento da nomenclatura Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Neste contexto, é importante destacar que nomenclatura refere-se ao

termo atribuído a um fenômeno, enquanto conceito diz respeito ao significado e à compreensão que esse fenômeno carrega em determinado campo do saber. Dada a crescente chegada de deslocados no país, é crucial analisar criticamente as teorias e práticas pedagógicas desenvolvidas, bem como identificar as lacunas que tal campo apresenta como aponta a investigação de São Bernardo (2016). Para isso, este estudo visa sintetizar e integrar os múltiplos estudos sobre o tema, a partir do recorte que as variáveis de análise possibilitam, e fornecer uma obra de consulta para pesquisadores e professores, contribuindo para a melhoria do ensino e pesquisa de PLAc e, conseqüentemente, para a integração linguística e cultural dos deslocados forçados na sociedade brasileira.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é desenvolver uma meta-análise sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) a partir do recorte das variáveis de análise, com foco na nomenclatura. Seu direcionamento é à criação de uma obra de consulta para pesquisadores e professores da área. Como objetivos específicos temos:

1. Problematizar os conceitos que caracterizam o Português como Língua de Acolhimento – contexto de ensino e público-alvo –.
2. Tabelar uma amostra de cem artigos científicos, relacionados ao PLAc no Brasil, no período de 2010 a 2024, aplicando os critérios de inclusão definidos para esta pesquisa.
3. Analisar quantitativamente as quatro variáveis presentes nos artigos revisados: nomenclatura, tipo de estudo, uso múltiplo de nomenclatura, ano de publicação, aplicando testes estatísticos exploratórios e inferenciais.
4. Discutir o resultado das análises estatísticas sobre a meta-análise realizada, estabelecendo uma tendência nos estudos de PLAc.

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, a pergunta central que guiará esta investigação é: “Como se desenvolve o panorama de produção científica sobre PLAc no Brasil desde 2010?”. Outras questões que ajudam a alcançar tais objetivos são:

1. Quais são os conceitos fundamentais que caracterizam os estudos de PLAc?
2. Como é utilizada a nomenclatura PLAc nos estudos sobre o referido tema?
3. Como o resultado das variáveis analisadas podem ser avaliados para representar uma tendência nos estudos de PLAc?

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, analisamos quatro variáveis principais: tipo de estudo, nomenclatura, uso múltiplo de nomenclatura e ano de publicação. Estas variáveis são observadas em torno da investigação do uso de nomenclaturas que representam o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), além de buscar a comparação sobre o uso entre estudos teóricos e estudos de caso. A análise busca identificar se os artigos científicos que se encaixam no tema PLAc realmente utilizam essa nomenclatura, utilizam múltiplas nomenclaturas ou utilizam outra nomenclatura de forma indevida, o que pode indicar um desconhecimento do termo ou falta de padronização. Dessa forma, é possível compreender a consistência e a precisão na utilização do conceito de PLAc na produção acadêmica brasileira, bem como identificar possíveis lacunas e divergências.

Em suma, esta dissertação busca desenvolver uma meta-análise sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Brasil entre 2010 e 2024, com o objetivo de fornecer uma obra de consulta para pesquisadores e professores. Através da problematização dos conceitos fundamentais sobre o tema, da realização de uma meta-análise da produção de artigos científicos e da análise estatística das variáveis selecionadas, este estudo pretende contribuir teoricamente para o desenvolvimento dos estudos e práticas de PLAc.

2. Referencial teórico

Nesta seção, será realizado: 1) um breve panorama de desenvolvimento de Português como Língua de Acolhimento (PLAc); 2) um panorama de ensino de português nas universidades brasileiras; 3) a problematização dos conceitos fundamentais que caracterizam PLAc – contexto e público-alvo; 4) a problematização das seguintes variáveis de análise: nomenclatura, uso múltiplo de nomenclatura, tipo de estudo e ano de publicação. Este referencial teórico servirá como base para a interpretação do resultado da análise estatística e para a construção de uma discussão robusta e fundamentada, alinhada com os objetivos da meta-análise.

2.1 Breve panorama de desenvolvimento do Português como Língua de Acolhimento (PLAc)

O conceito de Língua de Acolhimento (LAc) tem sido amplamente utilizado e aplicado em diversas pesquisas, tanto no âmbito nacional quanto internacional (Da Silva, 2023). Na literatura especializada em ensino de línguas, ele corresponde aos termos

equivalentes em inglês, francês e espanhol, como *host language* (Rajput, 2012), *langue d'accueil* (Candide, 2001) e *lengua de acogida* (Aranda; El Madkouri, 2005), respectivamente. Esse conceito é empregado para o aprendizado de uma língua não materna por indivíduos que passam por crises migratórias, com o objetivo de facilitar sua integração no país de acolhimento (Costa; Silva, 2018).

A Língua de Acolhimento (LAc) está situada em um contexto de aprendizado especializado, caracterizado por certas especificidades. Esse aprendizado foca no desenvolvimento de competências linguísticas essenciais, visando proporcionar aos indivíduos oriundos de crises migratórias um entendimento sociocultural do país de acolhimento e, ao mesmo tempo, garantir-lhes autonomia linguística para uma comunicação eficaz (Da Silva, 2023). As pesquisas de Hervé Adami (2009) sobre a aprendizagem do francês por imigrantes reconhecem e reforçam a singularidade desse ensino, com destaque para fatores como o contexto social, o objetivo e o público ao qual ele se destina. Barbosa e São Bernardo (2017) colaboram com a enumeração de tais fatores fundamentais, incluindo o que chamam de urgência no aprendizado, pois, em geral, os aprendentes têm necessidade imediata de exercer sua cidadania através da língua. Alguns projetos voltados ao ensino de língua de acolhimento pelo mundo, segundo Ferreira (2019), incluem: uma escolinha mantida pela ACNUR dentro de um campo de refugiados em Atenas, focada no acolhimento principalmente de crianças sírias e afegãs; o projeto MitStudieren, que consiste em uma rede de apoio para alunos refugiados que estão se preparando para fazer a prova de proficiência de língua alemã e entrar em universidades na Alemanha; o curso de extensão de Español para Migración, destinado a imigrantes haitianos na Universidade de Santiago do Chile (USACH).

O contexto de ensino denominado Português como Língua de Acolhimento (PLAc) surge em meio a um grande deslocamento humano depois do pós-Segunda Guerra Mundial, definido por Moro (2015) como um “acontecimento sociológico”. Já a nomenclatura Português como Língua de Acolhimento (PLAc) teve origem em Portugal a partir do programa governamental Portugal Acolhe, em 2001, que ofereceu cursos de português exclusivamente aos imigrantes adultos (Cabete, 2010). O curso abrangia 150h de português básico nos níveis A1 e A2 ¹e, além disso, 50 horas de um módulo denominado “Cidadania”. O estudo de Vinhas e Matos (2002) investigou a origem dos primeiros 829 formandos-imigrantes que participaram do programa e determinaram as seguintes origens: Ucrânia 59%, Rússia 18%, Roménia 5%, Moldávia 6%, Bangladesh 4% e outros países 8%. É importante

¹ A1 e A2 no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, se refere, respectivamente, ao nível iniciante e ao nível básico de proficiência.

salientar que, apesar do termo ter sido cunhado primeiramente em texto político por volta de 2001, o contexto que cerca o ensino de PLAc já existia. Descrevemos, então, as teorizações sobre o termo, visto que a prática é difícil de ser analisada com exatidão.

Em Portugal, apesar dos estudos sobre PLAc apresentarem uma grande contribuição teórica para a área, ainda é difícil encontrar um conceito único que defina o Português como Língua de Acolhimento nas publicações científicas. O que observamos é o uso frequente de citações que referenciam as autoras portuguesas Grosso, Ançã e Cabete. Entretanto, suas obras caracterizam PLAc sem de fato dizer o que é tampouco chegam a caracterizações homogêneas. Muito mais se fala sobre as características, o objetivo e a diferença entre este termo e outros. Grosso (2010), por exemplo, afirma que a LAc “se torna elo de interação afetiva” e também que se aproxima e ao mesmo tempo se afasta de conceitos como PLE, PL2 e PLA. Já Ançã (2008) aponta que o Português de Acolhimento “constitui, sem equívocos, o direito à existência” e é a ponte e o acesso a espaços sociais e laborais. Cabete (2010) estabelece um conjunto de fatores a serem considerados em tal contexto, geralmente ligados à questão da sobrevivência. Logo, tais obras contribuem para a caracterização, entendimento e desenvolvimento da área, mas não determinam um conceito único de imediato.

Por esse motivo, cunho, a seguir, a definição de minha autoria do que entendo por PLAc. Inspirada na concepção de ensino de línguas de Almeida Filho (1993), como processo ético, situado e comunicacional, inserido na Operação Global do Ensino — que envolve valores, posturas, experiências e compromissos com a inclusão — compreendo o Português como Língua de Acolhimento como uma proposta pedagógica voltada para deslocados forçados em situação de vulnerabilidade, que busca criar condições para experiências significativas com a língua, visando à construção de sentidos, à participação social e ao exercício pleno da cidadania. Trata-se, portanto, de um projeto ético-político de ensino que articula linguagem, acolhimento, direito e justiça social. No que se refere à área de investigação, os estudos sobre PLAc abordam temas metodológicos, sociais, políticos, linguísticos (aplicados e descritivos), culturais, educacionais, psicológicos e pedagógicos. Além disso, investigam questões de integração, identidade, migração e acolhimento, bem como a justiça linguística e os direitos humanos dos deslocados forçados.

Em relação aos estudos sobre PLAc no Brasil, na primeira metade da década de 2010, o país testemunhou um aumento significativo no fluxo migratório devido a crises globais, como o terremoto no Haiti e a Guerra na Síria. Embora o Brasil seja signatário de pactos internacionais de proteção ao refugiado, suas legislações locais estavam desatualizadas e

insuficientes, ainda baseadas no Estatuto do Estrangeiro de 1980 (Lopez, Diniz, 2018). Além da influência da produção teórica em Portugal, tal situação contribuiu em grande escala para os estudos desse um novo contexto de ensino.

Diante disso, iniciativas sociais e instituições de ensino superior (IES) desenvolveram políticas de acolhimento, incluindo cursos de português para deslocados forçados. Ficou claro que a abordagem de Português como Língua Adicional (PLA) não atendia adequadamente às necessidades desses aprendentes, pois os materiais didáticos não abordavam as urgências da população em vulnerabilidade. As experiências de Portugal sobre PLAc foram então adotadas no Brasil, proporcionando uma metodologia mais adequada para o ensino do português em contextos de deslocamento forçado. Tais experiências foram divulgadas por revistas brasileiras e eventos acadêmicos, damos especial atenção para a Revista Horizontes e a Revista SIPLE. Desde então, as ações e pesquisas brasileiras em PLAc evoluíram para incluir aspectos discriminatórios, psicossociais e extralinguísticos, essenciais para o acolhimento efetivo dos deslocados (Silva; Costa, 2020).

Na década de 2010 até 2020, no Brasil, houve uma intensificação nos estudos sobre o Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Esse período foi marcado por uma mudança nas nomenclaturas utilizadas nos artigos acadêmicos sobre o tema. Por exemplo, Andrade (2011) emprega os termos Português como Segunda Língua (PL2) e Português como Língua Estrangeira (PLE) para investigar estudantes venezuelanos no ensino público do DF em situação de vulnerabilidade devido à crise em seu país de origem. Cestari e Grillo (2018) adotam as nomenclaturas PLAc e Língua Adicional de Integração para se referir ao ensino de português para imigrantes e refugiados como uma política pública. Arantes e Deusdará (2015), por sua vez, utilizam a nomenclatura Português para Refugiados (PR) para examinar as demandas e objetivos que os refugiados estabelecem com a aprendizagem do português.

Atualmente, a diversidade no uso de nomenclaturas referente ao conceito de PLAc não é tão frequente em comparação com os anos anteriores. Esse cenário ilustra o desenvolvimento positivo do campo de PLAc, promovendo uma maior homogeneidade no uso dessa nomenclatura. Essa evolução reflete um amadurecimento e uma consolidação da área, alinhando-se com as necessidades e especificidades dos contextos migratórios contemporâneos.

2.2 Panorama do ensino de português nas Universidades Federais brasileiras

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Letras o objetivo da graduação em Letras é “[...] formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens [...], e conscientes da sua inserção na sociedade e das relações com o outro” (Brasil, 2001, p. 30). Esse documento ainda infere que

“[...] o profissional de Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais” (Brasil, 2001, p. 30).

No entanto, na formação acadêmica ainda verificamos currículos limitados às preocupações, essencialmente, do português língua materna. Ademais, nas diferentes licenciaturas ainda há a predominância da tradição monolíngue (Cavalcanti, 2013). Ao que se refere como estudos e práticas linguísticas observamos como a discussão sobre a heterogeneidade está, em geral, restrita ao que Oliveira (2007, p. 8) denomina “sociolinguística do monolíngüismo”. A exemplo disto, identificamos que, até o momento desta pesquisa – nos sites das universidades que estão sujeitos a desatualização de informações – a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) são as únicas universidades brasileiras que oferecem licenciaturas em português como língua adicional (PLA) (ou estrangeira, ou segunda língua).

A limitação apresentada pelas instituições de ensino superior na última década acometeu diretamente o ensino de PLA e, consequentemente, a prática docente de PLAc. A partir disso, verificamos esta assertiva em diversas investigações científicas brasileiras, Diniz e Cruz (2018), por exemplo, constata que em Belo Horizonte “somente as instituições religiosas e não governamentais têm assumido o papel de trabalhar a língua de acolhimento” (Diniz, Cruz, 2018, p.11). Já Amado (2013), afirma que, no Brasil, algumas das instituições que oferecem cursos de português aos deslocados forçados têm convênios com escolas privadas de idiomas, como a ADUS ou a Wizard, organizações que trabalham o ensino tradicional de línguas estrangeiras. A maioria das instituições, contudo, conta com “voluntários que conhecem outras línguas, como inglês, espanhol e francês, e que se dispõem a dar aulas de português com métodos intuitivos e muito autodidatismo” (Amado, 2013, p.14).

Tal cenário justifica a dificuldade de investigar as práticas de ensino dos professores voluntários, pois “uma parte não tem interesse acadêmico no assunto e, muitas vezes, as instituições que atendem esse público não aprovam qualquer tipo de pesquisa” (Diniz, Cruz, 2018, p.11). Sobre o cenário, Amado (2013) fez uma crítica, que atualmente ainda faz sentido, afirmando que ainda que o papel de voluntários ministrando português para os deslocados forçados seja essencial em caráter emergencial, é inconcebível que um país que possui mais de 400 cursos de Letras e que forma cerca de 31000 professores por ano não possa criar um programa para contratar professores para o ensino de PLAc a este público.

Este panorama, construído na última década, impactou o desenvolvimento teórico e prático da área. Hoje, os esforços continuam sendo influenciados por esses acontecimentos, refletindo tanto nas limitações quanto nas oportunidades para avanços futuros no ensino de PLAc. Identificamos, contudo, a existência de inúmeros trabalhos a favor de cursos, programas, formação, materiais e políticas públicas que podem ser usados como exemplos positivos do que já funciona no desenvolvimento da prática de PLAc. Na pesquisa de Silva (2020), desenvolveu-se um mapeamento de cursos de português oferecidos a não-falantes em universidades públicas federais brasileiras. Nele, foi possível observar que, dos sessenta e nove programas de ensino, apenas cinco utilizam a nomenclatura PLAc para identificar-se e apenas nove reconhecem seu público-alvo como imigrantes refugiados. A tabela de Silva foi atualizada para incluir iniciativas recentes de universidades federais que têm se dedicado ao ensino de PLAc. Essas iniciativas, que abrangem novos programas e metodologias voltadas especificamente para imigrantes, refugiados e deslocados forçados, refletem um esforço crescente para atender às necessidades desse público em contexto de vulnerabilidade. A atualização da tabela evidencia um movimento significativo no cenário acadêmico brasileiro, demonstrando que, apesar dos desafios, há um compromisso contínuo com a inclusão e a melhoria das práticas de ensino de PLAc.

Tabela 1: ensino de português nas universidades federais brasileiras

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
	Amapá	Universidade Federal do Amapá	- ISF ¹⁹ – Português para Estrangeiros: aspectos da Cultura Brasileira*; - PROEAC – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.

Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	- CEL - Extensão – Curso de Português para Estrangeiros; - ISF – Aspectos da Cultura Brasileira; - ISF – Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
	Pará	Universidade Federal do Pará	- Cursos Livres de Língua Estrangeira (CCLE) – Português para Estrangeiros; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
	Roraima	Universidade Federal de Roraima	- NUCELE – Português como Língua Estrangeira; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Não informado.

Ilustração 1

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
	Tocantins	Universidade Federal de Tocantins	- Centro de Idiomas – Curso de Português como Língua Estrangeira (ou Língua Adicional) e de Cultura Brasileira.	Comunidade interna e comunidade externa (refugiados e imigrantes).
	Bahia	Universidade Federal da Bahia	- NUPEL – Cursos de Português para Estrangeiros em seis níveis; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.

Nordeste	Ceará	Universidade Federal do Ceará	- Curso de Português para Estrangeiros: Língua e Cultura Brasileiras – Níveis – Iniciante, intermediário e avançado – DLV.	Estudantes estrangeiros de diferentes níveis, assim como professores e pesquisadores.
			- Curso de Português para Estrangeiros: Língua e Cultura Brasileira. – Casa de Cultura Portuguesa (CCP); - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
	Piauí	Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira	- Oferta de disciplina de PLE/PLA na Licenciatura em Letras Português e Licenciatura em Letras Inglês; - ISF – Curso de PLE/PLA para Estudantes Estrangeiros.	Comunidade interna.
			- Curso de Português Língua de Acolhimento; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Imigrantes e refugiados.

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	- Curso de Português para Estrangeiros, Imigrantes e Refugiados (CPE), O Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas (DLLEM); - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.

	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	- Curso de Português para Estrangeiros com ênfase no Celpe-Bras, na Literatura de Cordel e na Diversidade da Língua – DLV; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
Centro-Oeste	Goiás	Universidade Federal de Goiás	- Faculdade de Letras e de Relações Internacionais - Curso de Português para Estrangeiros; - ISF - Curso de Português para Estrangeiros. - Ensino de Português como língua de acolhimento.	Comunidade interna e externa. Povos migrantes, refugiados ou deslocados forçados.
	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso	- IL e SECRI – Curso de Português para Estrangeiros; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna.
	Mato Grosso do Sul	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	- UEMS Acolhe: curso de português como língua de acolhimento	Migrantes Internacionais em situação de vulnerabilidade social
	Distrito Federal	Universidade de Brasília	- NEPPE – Cursos de Português para Estrangeiros; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	- FALE e Relações Internacionais – disciplina Português como Língua Adicional (PLA); - Projeto pró-imigrantes: português como língua de acolhimento.	Comunidade interna (estudantes e pesquisadores). Migrantes, refugiados, apátridas e pessoas com visto humanitário.
			- FALE - Cenex – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade externa.

Sudeste			- Preparatório Celpe-Bras; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
		Universidade Federal de Juiz de Fora	- Disciplina regular – Português para Estrangeiros I e II.	Estudantes estrangeiros da universidade.
			- Curso de Iniciação à Língua Portuguesa; - <i>Conversation club</i> : sessões de conversação orientada.	Comunidade interna e externa.
			- ISF – Português para Estrangeiros: produção escrita para o Exame Celpe-Bras.	Comunidade interna e externa.
		Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri	- Diretoria de Relações Internacionais – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna.
	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	- Núcleo de Línguas - Português Língua Estrangeira; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Migrantes, estudantes intercambistas e público estrangeiro em geral.

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
--------	--------	--------------	--------	--------------

	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos de Línguas Abertas à Comunidade (CLAC) – extensão; - Curso de Português para Estrangeiros; - Curso de Português para hispano-falantes; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros. 	Comunidade interna e externa.
		Universidade Federal Fluminense	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Português intensivo; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros. 	Alunos de graduação em mobilidade internacional.
	São Paulo	Universidade Federal do ABC	- Curso de Português para Refugiados e Migrantes.	Refugiados e migrantes com alta vulnerabilidade.
		Universidade Federal de São Carlos	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto de Línguas – Nível básico 1 e 2, intermediário e avançado; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros. 	Comunidade interna e externa.
	Paraná	Universidade Federal do Paraná	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Línguas (CELIN) Cursos Regulares, Curso Especial para Asiáticos; - Celin: português como língua adicional: língua e cultura - Cursos para Curso Preparatório para o Exame Celpe-Bras e Curso de PLE a distância; - ISF – Curso de Português Língua Estrangeira. 	Comunidade interna e externa. Estrangeiros

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
--------	--------	--------------	--------	--------------

Sul		Universidade Tecnológica Federal do Paraná	- Curso de Português para Falantes de Outras Línguas; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Não informado.
		Universidade Federal da Fronteira Sul	- Centro de Línguas – Curso de Português Brasileiro para Imigrantes.	Comunidade externa.
	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	- Sinter 1 (básico), 2 (pré-intermediário), 3 (intermediário), 4 (avançado I) e 5 (avançado II – Preparatório para o exame do CELPE-BRAS), além do Curso de Português para hispano-falantes; - Português como Língua de Acolhimento para Imigrantes – PLAM; - ISF – Curso de Português como Língua Estrangeira – Familiarização com o Celpe-Bras	Comunidade interna e externa.
	Rio Grandedo Sul	Universidade Federal de Pelotas	- ISF – Centro de Letras e Comunicação – Curso de Português para Estrangeiros - Familiarização do Exame Celpe-Bras e Aspectos da Cultura Brasileira; - CLC – Prefeitura de Pelotas – Curso de Português Língua Estrangeira com foco na oralidade.	Imigrantes africanos, especialmente.

Região	Estado	Universidade	Cursos	Público-alvo
--------	--------	--------------	--------	--------------

		Universidade Federal de Santa Maria	- Laboratório Entrelínguas – Curso de Português para estrangeiros; - Curso Preparatório para o Celpe-Bras; - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	- Programa Português para Estrangeiros da UFRGS: Básico, Intermediário e Avançado. - ISF – Curso de Português para Estrangeiros.	Comunidade interna e externa.

Fonte: Adaptado de Silva (2020).

2.3. Conceitos fundamentais que caracterizam PLAc

Esta seção tem o objetivo de caracterizar os conceitos fundamentais que moldam o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc): contexto e público-alvo. Serão explorados a definição do conceito de contexto e sua importância no ensino de PLAc, destacando como o ambiente e as condições específicas dos alunos influenciam as práticas pedagógicas. Além disso, será abordada a caracterização do público-alvo, considerando a diversidade de grupos atendidos e suas necessidades específicas. Esta discussão fornecerá uma base para o entendimento sobre o tema e para a discussão dos resultados da atual pesquisa.

2.3.1. O contexto no ensino de PLAc

Adentramos esse amplo conceito pois acreditamos que o processo de ensino de línguas é inerente a ele. A compreensão e a definição do conceito de contexto são fundamentais para o ensino e os estudos de PLAc. O contexto não apenas molda as práticas pedagógicas, mas também influencia diretamente a eficácia do ensino. Ele permite uma

análise mais aprofundada das necessidades, expectativas e experiências dos alunos, possibilitando a adaptação das metodologias de ensino de forma a promover uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Estabelecer um entendimento claro do contexto é, portanto, essencial para desenvolver estratégias educacionais que não apenas facilitem a aquisição da língua, mas também promovam a integração social e cultural dos aprendizes. Assim, o conceito de contexto se torna um pilar fundamental na caracterização de PLAc e as problemáticas que o envolve, como concorda Vian Jr.:

“A noção de contexto, dessa forma, é essencial para compreender a relação entre linguagem e cultura, uma vez que todas as escolhas linguísticas que cada falante ou escritor faz ao produzir um texto estão associadas aos contextos sociais em que os textos estão sendo produzidos” (Vian Jr, 2012 p. 10).

Segundo Vian Jr (2012), o contexto define o comportamento linguístico dos falantes, ou seja, é necessário a análise deste conceito durante o processo de aprendizado da língua de acolhimento. Sendo assim, o conceito de contexto explorado aqui tem várias vertentes que se somam para trazer um sentido único: o contexto engloba a ideia de lugar, povo e tempo e todas as nuances que estes fatores podem trazer consigo. Nesse sentido, o contexto – amplo como o termo pode ser – se voltado para sala de aula também será uma combinação de lugar, pessoa e tempo conforme a noção de Wedell e Malderez (2013). Assim, a sala de aula representa o espaço onde a aula é ministrada; todas as pessoas envolvidas no processo (professor e alunos = sala de aula), ou mesmo o tempo da aula em si.

No caso do ensino de línguas, tem-se na sala de aula um importante contexto multicultural. Pode-se dizer que a sala de aula é um contexto em si mesmo. Em outras palavras, refletindo sobre a sala de aula de PLAc, a própria sala (espaço) pode significar para o aluno um ambiente brasileiro (dotado de aspectos culturais brasileiros), os alunos podem ser concebidos como disseminadores de sua cultura e o professor mediador do processo comunicativo integrando igualmente às culturas.

De acordo com Bulegon e Soares (2019), a língua de acolhimento está intrinsecamente relacionada ao contexto de vulnerabilidade em que se encontram os aprendizes. Este contexto de vulnerabilidade abrange tanto condições físicas quanto psicológicas, refletindo as adversidades enfrentadas por eles. As condições físicas podem incluir a precariedade habitacional, a falta de acesso a serviços básicos e a insegurança alimentar, enquanto as condições psicológicas frequentemente envolvem traumas decorrentes de deslocamentos forçados, perdas e a adaptação a uma nova cultura. No ensino, essas condições podem gerar diversos problemas na sala de aula. Alunos em situação de

vulnerabilidade podem apresentar dificuldades de concentração, altos níveis de estresse e ansiedade, além de possíveis barreiras linguísticas e culturais que dificultam a interação e a participação ativa nas atividades escolares. Esses fatores comprometem o desempenho acadêmico e a integração social dos alunos, exigindo uma atenção especial por parte dos educadores para possivelmente amenizar os impactos negativos e promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acolhedor (Lussi, 2017).

2.3.2. O público-alvo no ensino de PLAc

A caracterização do público-alvo no contexto do PLAc revela a diversidade e complexidade dos grupos atendidos. Constata-se que a língua de acolhimento compreende inúmeros grupos nomeados juridicamente: imigrantes, apátridas, expatriado, jovens migrantes, refugiado ambiental, refugiado, deslocados forçados, entre outros. Cada um desses grupos traz consigo experiências, necessidades e desafios específicos, o que exige abordagens pedagógicas adaptadas e sensíveis às suas realidades. A heterogeneidade desse público demanda uma compreensão aprofundada das suas características para a efetiva implementação de programas de ensino que promovam a inclusão e a integração social. Por isso, tais grupos serão explorados a seguir.

Conforme Leonardo Cavalcanti (2017), no contexto jurídico-administrativo, o imigrante é tratado e reconhecido de maneira diferente do estrangeiro. Enquanto a figura do estrangeiro é definida por uma realidade social objetiva e codificada em lei, o imigrante é construído socialmente através de um imaginário. Dessa forma, o imigrante vive a condição paradoxal de estar presente fisicamente, mas ser constantemente visto como um intruso ou forasteiro que pertence a outro lugar, criando uma incoerência em sua percepção como cidadão (Cavalcanti, 2017).

De acordo com o artigo 1º da Convenção da ONU de 1954, apátrida é uma pessoa que não tem nacionalidade de nenhum Estado segundo sua legislação. O Manual de Proteção de Pessoas Apátridas destaca que tal nomeação precisa de uma análise rigorosa e que suas motivações podem envolver questões políticas sensíveis como descolonização, dissolução de Estado, mudança na legislação, discriminação, entre outras.

Segundo Fabio Koifman (2017), expatriado é aquele que reside, voluntariamente ou não, fora de sua terra natal, podendo ser desterrado, degredado, banido ou deportado. O termo também é usado como sinônimo de trabalhador estrangeiro, o que pode causar imprecisões de sentido. Essa incorporação trouxe problemas, pois o termo preserva seu significado original

para muitas pessoas, gerando confusão e associação com apátridas, exilados ou perseguidos políticos, além de outros indivíduos que perderam a nacionalidade de origem ou possuem impedimentos de regresso à terra natal (Koifman, 2017).

Conforme Maria Buriticá (2017), a juventude migrante é caracterizada por uma grande diversidade, que resulta dos variados projetos migratórios familiares e das diferentes condições de moradia, trabalho e status jurídico dos grupos familiares envolvidos. Essa diversidade se reflete nas distintas experiências e desafios enfrentados pelos jovens migrantes, exigindo abordagens específicas para atender às suas necessidades. Portanto, é essencial desenvolver políticas e programas que considerem essa heterogeneidade para promover a inclusão e o bem-estar dos jovens migrantes.

Segundo Carolina Claro (2017), um refugiado ambiental é uma pessoa que migra devido a causas ambientais, podendo ser um migrante interno ou internacional, temporário ou permanente, forçado ou voluntário. A migração se torna forçada quando é necessária para preservar a vida ou a integridade física do indivíduo. Esse tipo de migração ressalta a necessidade urgente de políticas que abordem os impactos das mudanças climáticas e desastres naturais, garantindo proteção e acolhimento adequados (Claro, 2017).

De acordo com a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, um refugiado é alguém que, temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de origem e não pode ou não quer, devido a esse temor, buscar a proteção desse país. A Declaração de Cartagena de 1984 amplia essa definição, incluindo pessoas que fugiram de seus países devido a ameaças à vida, segurança ou liberdade causadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violações massivas dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública. Portanto, é crucial que as políticas de acolhimento considerem essas diversas circunstâncias para oferecer proteção adequada aos refugiados.

No entanto, é complexo categorizar os deslocamentos pelo mundo, principalmente, diante da dificuldade de identificar o status de um migrante somente através dos elementos de voluntariedade e compulsoriedade, visto que “essas motivações não são facilmente detectáveis e seus contornos são fluídos” (Bulegon, Soares, 2019, p. 642). Apesar disso, esses grupos compartilham o mesmo contexto: o de vulnerabilidade (Bulegon, Soares, 2019). Atestamos, portanto, que o conhecimento deste contexto é determinante para diferenciar a língua de acolhimento entre as outras. Concordamos, ainda, com a crítica aos termos jurídicos que são atribuídos a esse público:

Esses rótulos também servem para gerar estatísticas capazes de forjar um cenário positivo ou não sobre os sujeitos. Contudo, os números bem como nomenclaturas são manipuláveis e não expressam necessariamente a realidade: os países do norte global produzem estrangeiros, já os do sul global, produzem imigrantes e

Organizações mundiais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), desenvolvem documentos para orientar seus agentes voluntários em função das especificidades deste contexto e compreendem que esse grupo não pode se resumir a termos burocráticos governamentais. Por isso, já cravaram o uso do termo “deslocados forçados” para designar esses indivíduos que saem de seus países em situação de guerra, de crise política ou econômica, de perseguição, buscando acolhimento em outra nação. Consideramos a seguinte reflexão sobre o uso e reprodução, em pesquisa científica, de termos jurídicos atribuídos às categorias migratórias:

(...) é um compromisso a ser assumido por todos os pesquisadores do tema de deslocamento humano desde o sul global, por entender que nossas práticas influenciam a forma como os indivíduos serão vistos e recebidos pelos Estados e instituições; Mais do que classificar e rotular, devemos, antes, tentar compreender a captar as realidades de pessoas migrantes no Brasil, reconhecendo os limites das categorias existentes sem esquecer de problematizá-las (Rossa; Menezes, 2018, p. 398).

Dessa forma, em concordância com o que foi exposto, este trabalho também utilizará o termo “deslocados forçados” para se referir ao grupo.

2.4. Problematização sobre as variáveis de análise

Esta seção tem o objetivo de realizar uma problematização sobre as variáveis de análise, examinando as diferentes dimensões e aspectos que influenciam o resultado do estudo. As variáveis em foco são: a nomenclatura, o uso múltiplo de nomenclatura, o tipo de estudo e o ano de publicação. Serão abordadas as definições e implicações dessas variáveis, explorando como cada uma delas pode afetar a interpretação e a validade dos dados. Além disso, a seção discutirá os possíveis desafios e limitações associados à análise dessas variáveis, fornecendo uma base crítica para a compreensão dos resultados. Esta análise contribuirá para uma avaliação mais rigorosa e fundamentada dos resultados da pesquisa.

2.4.1. A nomenclatura

A variável “nomenclatura” aparece na análise para responder a seguinte pergunta: “qual(ais) nomenclatura(s) é utilizada no artigo para se referir à PLAc?”, a resposta pode incluir a própria nomenclatura “PLAc” ou nomenclaturas distintas. Ao conduzir esta pesquisa sobre o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), a escolha do termo “nomenclatura” em vez de “conceito” se justifica pela necessidade de examinar especificamente a pluralidade de termos utilizados pelos autores nos artigos científicos. Segundo Cabré (1999), o termo —

entendido como unidade linguística — constitui a face verbal de um conceito, que, por sua vez, representa uma construção mental situada em um campo de saber. Assim, nomenclatura e conceito são elementos interdependentes, mas não equivalentes: a nomenclatura nomeia; o conceito define e organiza o conhecimento. A nomenclatura refere-se diretamente aos nomes e rótulos adotados, como "PLAc", "Português como Língua Estrangeira (PLE)", "Português como Segunda Língua (PL2)", "Português como Língua Adicional (PLA)" etc. Por exemplo, ao analisar um artigo que usa a nomenclatura "PLAc", estamos focando na nomenclatura específica empregada pelo(a) autor(a). Em contraste, o conceito de PLAc envolveria uma exploração mais ampla e abstrata do que o termo representa, incluindo suas implicações pedagógicas e sociais. No entanto, para os objetivos desta pesquisa, é mais relevante investigar se os artigos utilizam a nomenclatura foco da pesquisa, ou se empregam múltiplas nomenclaturas, termos abrangentes ou com recortes limitantes, o que pode indicar um desconhecimento ou falta de consenso sobre o uso da terminologia. Portanto, ao privilegiar o exame das nomenclaturas, buscamos mapear a consistência terminológica e a adesão (ou não) à terminologia mais apropriada nesses estudos, sem, no entanto, adentrar diretamente nas implicações conceituais de cada termo.

Diante de inúmeras nomenclaturas, pode ser desafiador compreender as diferenças e os pormenores que implicam no uso de cada uma. Por isso, para chegarmos ao conceito expandido de PLAc exploramos, primeiramente, outras perspectivas de ensino de português. Xavier e Mateus (1990), no Dicionário de Termos Linguísticos, definem língua materna (LM) como a “língua nativa do sujeito que a foi adquirindo naturalmente ao longo da infância e sobre a qual ele possui intuições linguísticas quanto à forma e uso” (Xavier, Mateus, 1990, p. 230). A língua estrangeira (LE), descrita como “língua não nativa do sujeito por ele aprendida com maior ou menor grau de eficiência” (Xavier, Mateus, 1990, p. 231) é um termo abrangente, que contempla trabalhadores de grandes empresas, alunos intercambistas, professores visitantes, turistas etc. E na última década foi bastante discutido por sua epistemologia. A problemática do uso deste termo sugere que o significado da palavra *estrangeiro* confere ao aluno termos sinônimos como *estranho*, *intruso*, *alienígena* etc. Por isso, o LE está caindo em desuso atualmente, dando espaço para outros termos mais aceitos na comunidade acadêmica.

A escolha do termo “língua adicional” (LA) como objeto de estudo tem se mostrado relevante e promissora. Este termo promove o caráter adicional da língua, no que se refere à semântica ou epistemologia da palavra, confere ao aprendizado da língua um conhecimento que agrega, aumenta e acrescenta à bagagem do aprendiz (DE ANGELIS, 2007). Por isso, a presente pesquisa incorpora o termo *português como língua adicional (PLA)* entre outros

como Português como Língua Estrangeira (PLE), Português como Língua Não-Materna (PLNM), Português como Segunda Língua (PL2), Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e Português para Imigrantes.

Finalmente, a nomenclatura, foco da pesquisa, é ainda mais específica e tem sido desenvolvida nas últimas décadas. A nomenclatura Português como língua de acolhimento (PLAc) teve origem com o programa governamental Portugal Acolhe, em 2001 em Portugal, que ofereceu cursos de português exclusivamente aos deslocados adultos (Cabete, 2010). Esta nomenclatura foi cunhada primeiramente em textos jurídicos e logo depois se popularizou no contexto acadêmico. Mas foi apenas por volta dos anos 2010 que houve uma significativa produção acadêmica utilizando tal termo no Brasil, como consequência, também, do deslocamento forçado de Haitianos para o Brasil.

Ainda, segundo Grosso (2010), o português como língua de acolhimento se aproxima e, ao mesmo tempo, ultrapassa os conceitos de PLE, PL2 e PLA. Essa aproximação se dá tanto pelo fato de tratarmos do ensino de português como língua adicional, quanto por estar associada ao contexto de imersão. Por outro lado, a língua de acolhimento ultrapassa esses conceitos, pois “apresenta especificidades que estão ligadas ao contexto migratório, ao público e às necessidades e motivações de aprendizagem e aquisição da língua” (Sene, 2017, p. 27).

Embora o termo PLAc tenha ampla discussão atualmente no Brasil, sendo tema de edições de revistas científicas, tema de eventos acadêmicos e temas em linhas de pesquisa de programas de pós-graduação, ainda é possível encontrar publicações científicas cujo foco central está no contexto de ensino de PLAc, mas tal entendimento e nomenclatura aparecem dividindo ou dando lugar a outros termos, como: português como língua estrangeira, português para deslocados forçados, português para refugiados, português para imigrantes deslocados forçados, português para o migrante/refugiados, língua adicional de integração, língua portuguesa do Brasil para estrangeiros, português para migrantes internacionais e português brasileiro como língua de acolhimento (Kfoury-kaneoya, 2015; Bulegon, SOARES, 2019; Santiago, Baldini, 2019; Soares, Sirianni, 2018; Gomes, Catônio, 2021; Cestari, Grillo, 2018; Rizental, 2018; Moraes, Isotton, Silva, Da Silva, 2020; Albuquerque, Silva 2018). Tal descompasso é observado, principalmente, no recorte temporal dos anos 2010 a 2020. Este fenômeno revela a persistência de uma diversidade terminológica no campo, refletindo as várias abordagens e perspectivas adotadas por pesquisadores.

Diante desse panorama, torna-se imperativo rastrear o uso da nomenclatura na presente meta-análise, pois a escolha terminológica não é meramente semântica, mas reflete profundas implicações políticas, teóricas, pedagógicas e sociais. A análise criteriosa da terminologia

empregada permite não apenas mapear as práticas e políticas educacionais vigentes, mas também identificar lacunas e potencialidades no ensino de PLAc. Assim, ao documentar e analisar o uso dos termos, esta meta-análise contribui para uma compreensão mais específica sobre as tendências nos estudos de PLAc promovendo um entendimento sobre as implicações que o uso de nomenclatura traz ao campo.

2.4.2. Uso múltiplo de nomenclatura

A variável "uso múltiplo de nomenclatura" foi incluída na pesquisa para abordar a questão da consistência terminológica e suas implicações no campo de estudo. Na análise, tal variável aparece em forma de pergunta: "o artigo utiliza mais de uma nomenclatura?", ao responder essa pergunta dividimos artigos entre "Sim" ou "Não". Nesta pesquisa, foi observado o uso de várias nomenclaturas em um único texto para se referir ao conceito único de PLAc, por exemplo Português como Língua Adicional (PLA), Português como Língua Estrangeira (PLE), Português para migrantes em crise, Português para refugiados (PR), Português para migrantes internacionais, entre outros. O uso múltiplo de nomenclaturas pode indicar uma falta de consenso terminológico e uma heterogeneidade nas abordagens teóricas e metodológicas.

Para qualificar um caso como uso múltiplo de nomenclatura, foi estipulado que o termo em questão deveria ser empregado pelo menos três vezes ao longo do texto, ou que seu conceito fosse abordado de maneira significativa ao menos uma vez. Ademais, excluímos nomenclaturas presentes apenas em citações e conferimos atenção especial às nomenclaturas empregadas nos títulos dos artigos, resumos e títulos de seções.

Esse fenômeno pode dificultar a comunicação e a disseminação do conhecimento, uma vez que diferentes terminologias podem gerar interpretações variadas e, por vezes, confusas sobre o mesmo assunto. Além disso, a utilização de múltiplas nomenclaturas pode refletir diferentes perspectivas e enfoques dos pesquisadores, revelando a complexidade e a riqueza do campo de estudo, mas também evidenciando a necessidade de uma maior padronização terminológica.

Ao analisar o uso múltiplo de nomenclatura, busca-se identificar as tendências e as variações terminológicas presentes na produção acadêmica sobre PLAc. Essa análise permite compreender como os pesquisadores articulam e interpretam conceitos semelhantes de formas distintas, e como essas variações impactam a construção do conhecimento na área. Por exemplo, ao verificar que um artigo utiliza tanto "PLAc" quanto "PLA" ou "PLE", podemos

explorar as razões e contextos que levam a essa escolha terminológica, avaliando se há justificativas teóricas, contextuais ou metodológicas para tal uso.

Dessa forma, a inclusão da variável "uso múltiplo de nomenclatura" permite a análise da coerência e da consistência terminológica na literatura sobre PLAc, contribuindo para uma maior clareza e entendimento do campo. Além disso, essa análise pode fornecer subsídios para futuras discussões sobre a padronização terminológica, promovendo uma comunicação mais eficaz e precisa entre os pesquisadores e praticantes.

2.4.3. Tipo de estudo

Com esta variável, buscamos responder a seguinte pergunta: “qual é o tipo de estudo do artigo?”. Esta se refere a distinção dos artigos científicos da meta-análise em: estudo teórico ou estudo de caso. A distinção entre eles levanta questões sobre a representatividade e a generalização das conclusões obtidas. A classificação dos artigos em "estudo teórico" ou "estudo de caso" baseia-se em critérios epistemológicos e metodológicos. É considerado, portanto, como estudo teórico toda produção de caráter conceitual ou reflexivo, sem qualquer ancoragem empírica ou aplicação prática investigada no corpo do texto. Tais estudos se concentram em formulações secundárias, isto é, derivadas da análise de literatura, modelos ou constructos já consolidados, sem recorrer a dados primários. Por outro lado, enquadramos como estudo de caso qualquer pesquisa que incorpore elementos empíricos, ainda que de forma não extensiva, seja como objeto, resultado ou parte integrante da metodologia. Nestes casos, observa-se a presença de dados primários oriundos de práticas observadas, analisadas ou descritas — o que caracteriza sua natureza aplicada.

Estudos teóricos, ao se basearem em conceitos e modelos amplos, podem ser acusados de falta de conexão com as nuances e especificidades das situações práticas. Esse distanciamento pode levar a uma aplicação superficial das teorias no contexto real, onde as condições são sempre complexas e multifacetadas. Por outro lado, estudos de caso, por focarem em contextos específicos e limitados, podem ser criticados por sua incapacidade de fornecer generalizações válidas para diferentes contextos. A singularidade de cada caso pode dificultar a extrapolação das conclusões para outras situações de ensino de PLAc, comprometendo a aplicabilidade dos resultados.

Outra questão relevante é a possibilidade de viés na seleção dos casos estudados e nas abordagens teóricas adotadas. Estudos de caso podem ser selecionados com base em conveniência ou disponibilidade, o que pode não representar adequadamente a diversidade

das situações de ensino de PLAc. Além disso, a interpretação dos dados de estudos de caso pode ser subjetiva, influenciada pelas perspectivas e crenças dos pesquisadores. Da mesma forma, os estudos teóricos podem refletir as preferências e ideologias dos autores, priorizando certos modelos e teorias em detrimento de outros. A escolha de apenas um tipo de estudo ou estudos de natureza semelhantes podem limitar a abrangência desta pesquisa, restringindo as possibilidades de desenvolvimento e análise dos resultados.

Além disso, a interação entre estudos teóricos e estudos de caso na literatura sobre PLAc pode ser problemática. Muitas vezes, há uma desconexão entre a teoria e a prática, onde os estudos teóricos não dialogam efetivamente com os estudos de caso e vice-versa (Balzan *et al.* 2023; Cursino, 2020; Bulegon, M., Soares, L., 2019; Sene, 2017; Cabete, 2010). Essa falta de integração pode resultar em uma fragmentação do conhecimento, onde as práticas pedagógicas desenvolvidas nos estudos de caso não são informadas adequadamente pelas teorias subjacentes, e as teorias propostas nos estudos teóricos não são testadas e refinadas com base na experiência prática. Portanto, é fundamental fomentar uma maior interação entre esses tipos de estudo para garantir uma abordagem mais holística e integrada do ensino de PLAc.

Analisar os dois tipos de estudo como variável é essencial para uma compreensão mais abrangente da nomenclatura PLAc na literatura científica. Os estudos teóricos fornecem a base conceitual, enquanto os estudos de caso mostram a aplicação prática. Isso permite identificar lacunas entre teoria e prática, corroborando com a hipótese baseada em textos de Balzan *et al.* (2023), Cursino (2020), Bulegon e Soares (2019), Sene (2017) e Cabete (2010), além de revelar se (e como) contextos diferentes influenciam o uso da nomenclatura PLAc. Incluir ambos os tipos de estudo enriquece a análise e oferece uma visão detalhada das abordagens e práticas no campo do ensino de Português como Língua de Acolhimento.

2.4.4. Ano de publicação

A variável "ano de publicação" busca responder a seguinte pergunta "em qual ano o artigo foi publicado?". Esta não deve ser vista apenas como um critério de inclusão para determinar o corte temporal dos artigos, mas também como um elemento fundamental na análise da evolução da pesquisa sobre PLAc. Focar em publicações a partir de 2010 se justifica por este período coincidir com a intensificação dos fluxos migratórios e a implementação de políticas de acolhimento que tiveram um impacto direto na produção acadêmica. Assim, utilizar o ano de publicação somente como um delimitador temporal pode ignorar as nuances e mudanças substanciais no campo ao longo do tempo. Eventos como a

crise no Haiti, a crise na Venezuela, a guerra na Síria, a guerra na Ucrânia e a pandemia de COVID-19 influenciaram significativamente as publicações, e devem ser considerados na análise. O cruzamento deste dado tem potencial relevante de investigação, observamos por exemplo: o estudo de Souza e Rabelo (2019) busca investigar a interferência de falsos cognatos especificamente no ensino de PLAc à venezuelanos, já Silva e Amado (2018) investigam questões referentes à identidade de haitianos no ensino e aprendizagem de PLAc. O ano destas publicações está intimamente ligada aos deslocamentos destes grupos ao Brasil, visto que dificilmente encontramos publicações dedicadas a públicos destas nacionalidades datadas a anos anteriores aos acontecimentos que desencadearam seu deslocamento.

Analisar o ano de publicação permite identificar padrões e tendências na produção acadêmica sobre PLAc. Períodos de maior produção podem estar relacionados com eventos históricos específicos, mudanças nas políticas públicas ou crises migratórias que aumentaram o interesse e a necessidade de estudos na área. Por outro lado, períodos de menor atividade podem revelar lacunas que necessitam ser investigadas. Portanto, essa variável vai além de um simples marcador temporal; ela oferece insights sobre o contexto em que as pesquisas foram realizadas e como eventos externos influenciaram o desenvolvimento do campo, revelando os desafios e avanços proporcionados por tais eventos.

Além disso, considerar o ano de publicação como variável de análise permite uma compreensão mais dinâmica do uso da nomenclatura PLAc nos artigos científicos. Ao traçar a evolução conceitual, é possível observar como as terminologias mudaram ao longo dos anos, refletindo avanços e desafios. Um exemplo simples disto é a alternância entre uso de siglas para se referir ao Português como Língua de Acolhimento. Observamos o uso da sigla PLA para se referir à Português como Língua de Acolhimento no trabalho de Cortez et al (2019) e outras publicações em anos anteriores, entretanto ao investigar publicações dos anos 2020 até 2024 não encontramos sigla distinta a PLAc para se referir a mesma nomenclatura. Tal observação não denota um desaparecimento completo da sigla PLA para este conceito, mas marca uma tendência no uso de PLAc. Este enfoque ajuda a identificar a continuidade e as rupturas no discurso acadêmico, proporcionando uma análise rica e contextualizada da produção científica sobre o ensino de Português como Língua de Acolhimento.

3. Metodologia

Nesta seção, exploram-se os conceitos básicos metodológicos usados para compor a coleta e análise de dados. Primeiramente, se identificam as características da pesquisa quantitativa, da pesquisa qualitativa, da pesquisa quali-quantitativa. Essa explanação é necessária para compreender as especificidades da metodologia em foco, a meta-análise, uma vez que a utilização desta nos trabalhos de linguística aplicada ainda não segue um consenso conceitual no Brasil. Finalmente, descrevemos as particularidades da síntese de pesquisa, incluindo, conceito, panorama de desenvolvimento e os métodos relativos a ela, para então, adentrarmos na denominada meta-análise, bem como a definição das variáveis de análise.

É importante salientar que a seção metodológica desta pesquisa tem como referência os trabalhos de Freitas (2013;2018), são análises pautadas na síntese de pesquisa. A autora proporcionou um roteiro metodológico para tratar desta sistematização de forma íntegra e a explorou, diferenciando-a de outras metodologias científicas consolidadas. Apesar de suas publicações serem de mais de seis anos atrás, acreditamos que a discussão metodológica detém relevância científica atual.

É notável a disparidade entre o número de dissertações de caráter bibliográfico que utilizam o consolidado estado da arte em sua investigação e os que utilizam a síntese de pesquisa. Em contrapartida, a síntese de pesquisa possibilita integrar e comparar os achados da pesquisa, indicando o grau de evidência e de validade das informações. Além disso, o método pertencente, meta-análise, contribui para identificar as lacunas, as contradições e as convergências sobre o tema, sugerindo novas questões e hipóteses para futuras investigações. Assim sendo, pelo potencial científico em relação à outras metodologias usadas em análises bibliográficas, a meta-análise foi selecionada para esta dissertação.

3.1. Abordagens da Pesquisa Científica

De acordo com Savin-baden e Major (p.83, 2013), “a abordagem na pesquisa é a escolha de um método ou conjunto de métodos que se adequam aos objetivos, às questões e ao contexto da pesquisa”. Entretanto, por trás da escolha do pesquisador há, também, uma posição filosófica e pessoal que influencia as suas decisões e ações durante o processo de investigação (Savin-baden, Major, 2013). Para edificar a explanação sobre a síntese de pesquisa e justificar a escolha por tal metodologia de pesquisa, se discute a seguir os pilares que compõem a síntese de pesquisa. Ademais, a abordagem na pesquisa pode ser baseada em

uma tradição específica, como o estudo de caso, a teoria fundamentada, a narrativa e a pesquisa-ação. Também pode ser pragmática, combinando diferentes métodos de acordo com as necessidades e as circunstâncias da pesquisa (Savin-baden, Major, 2013, p.84). Por isso, se discute, também, métodos de pesquisa derivados de tal abordagem. Portanto, a seguir, é pontuado conceito, objetivo, métodos, potencial científico e contexto de desenvolvimento da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa, respectivamente.

3.1.1 Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa é definida como uma abordagem sistemática de investigação que utiliza métodos estatísticos para coletar e analisar dados, visando a quantificação de relações e a generalização dos resultados para uma população maior (Paiva, 2019). Segundo Uwe Flick (2012), baseia-se em padronizar a situação da pesquisa e dos procedimentos da pesquisa. Além disso, tem como pressuposto ser logicamente organizada e totalmente passível de reprodução em circunstâncias iguais, além de prever certos cenários (Chizzotti, 2018).

“Os estudos quantitativos em geral têm por objetivo testar uma suposição já anteriormente formulada na forma de uma hipótese, se pode também avaliar as conexões entre variáveis ou identificar as causas de eventos específicos” (Flick, 2012, p.87). Por meio da minuciosa análise de conjuntos de dados documentais ou experimentais, o pesquisador habilmente adquire informações factuais, as quais se caracterizam pela ausência de margem para interpretações diversas ou ambíguas, constituindo, assim, um corpus de dados que se presta à análise estatística rigorosa e robusta. “Outro objetivo de um estudo quantitativo pode ser descrever um estado ou situação” (Flick, 2012, p.88).

Considera-se método na pesquisa como uma mistura de técnica analítica e procedimento de coleta de dados, sendo usado para coletar e classificar informações (Schnell *et al.*, 2008 p.207). A abordagem quantitativa é observada por meio de métodos como análise de conteúdo, análise de frequência, análise de contingência, análise interpretativa e codificação. Esses métodos podem ter o objetivo de determinar a frequência com que um termo é citado, podem determinar quais conceitos são frequentemente associados, determinar a relação entre variáveis e desenvolver uma teoria fundamentada (Flick, 2012).

A pesquisa quantitativa tem potencial científico relevante, pois permite a análise sistemática de dados, identificação de padrões e inferências sobre variáveis de interesse. A partir dela são desenvolvidos estudos de descrição da população, por exemplo, realizados para descrever a frequência de uma doença na população ou em várias subpopulações (Flick, 2012). Na linguística aplicada, especificamente, ela pode fornecer *insights* valiosos sobre a frequência de fenômenos linguísticos, testar hipóteses e informar práticas pedagógicas. Com isso, os pesquisadores podem investigar a distribuição de fenômenos linguísticos em diferentes contextos, investigar a correlação entre o uso de estratégias de aprendizagem de vocabulário e o desempenho dos alunos em testes de proficiência, medir o progresso dos alunos após a implementação de uma nova metodologia ou material didático e até criar modelos para prever a proficiência futura de aprendizes de línguas com base em fatores como motivação, exposição à língua e habilidades cognitivas.

A abordagem quantitativa na linguística tem raízes no século XX, quando os estudiosos aplicaram os primeiros métodos estatísticos e matemáticos para analisar dados linguísticos. Como destaca Paiva (2019), essa abordagem permite uma análise objetiva e mensurável da linguagem, explorando padrões de uso, frequência de palavras e variação linguística. Além disso, Flick (2012) ressalta que a pesquisa quantitativa oferece uma base para investigar questões linguísticas, como mudança diacrônica e análise de conteúdo. Atualmente, Richards e Schmidt (2013) concordam que os tópicos de interesse da LA não são facilmente manipuláveis, como gênero, identidade e variações etnolinguísticas. Além disso, o contexto da sala de aula é multivariado, dificultando, ainda mais, uma análise puramente quantitativa.

3.1.2 Pesquisa Qualitativa

Ao contrário da abordagem quantitativa, na abordagem qualitativa a consideração de maior relevância tende a ser mais ligada à diversidade dos casos levados em conta ou ao escopo teórico do que ao número de casos incluídos nele (Flick, 2012). Isso se deve ao fato de que as pesquisas neste segmento exploram tópicos de natureza complexa, logo não há margem para generalizações. Em outras palavras, na abordagem qualitativa “a interpretação é o ponto de partida (porque se inicia com as próprias interpretações dos atores) e é o ponto de chegada (porque é a interpretação das interpretações)” (Gomes; Minayo; Silva, 2005, p.80).

Sabendo que “na pesquisa qualitativa a interpretação assume foco central” (Deslandes; Minayo; Gomes, p.80, 2009), podemos depreender que seus objetivos vão de encontro ao caráter interpretativo primordial desta abordagem. “Em geral, a pesquisa qualitativa pode ter como objetivo oferecer uma descrição ou avaliação, ou desenvolvimento de uma teoria.” (Flick, 2012, p.93). Ademais, a curiosidade do investigador ao analisar uma questão específica reside em observar a forma como esta se revela nas práticas, procedimentos e interações do dia a dia (Bogdan; Biklen, 1982).

A abordagem qualitativa é observada por meio de métodos como pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa narrativa, teoria fundamentada em dados e pesquisa etnográfica. Esses métodos podem ter o objetivo de mostrar o que já existe sobre o objeto investigado, investigar um grupo em um contexto específico, compreender e melhorar o contexto investigado, analisar narrativas, desenvolver teorias e descrever culturas (Paiva, 2019). Em suma, a abordagem qualitativa oferece uma variedade de métodos para investigar, compreender e descrever fenômenos complexos.

A pesquisa qualitativa tem potencial científico relevante, pois explora processos e dinâmicas sociais, o engajamento social e os estudos de caso. A partir dessa abordagem, o pesquisador pode investigar processos, mudanças e interações sociais, pode inferir a participação ativa dos colaboradores da pesquisa e pode estudar a fundo um fenômeno específico contextualizado. Na linguística aplicada, ela pode informar sobre as causas de fenômenos linguísticos, promover mudanças sociais e implementar práticas pedagógicas. Com isso, os pesquisadores podem investigar como as pessoas usam a linguagem e compreender dinâmicas sociais e culturais; colaborar com comunidades, ouvindo suas vozes e considerando suas necessidades; investigar práticas pedagógicas, processos de aprendizagem ou políticas educacionais.

A pesquisa qualitativa na linguística aplicada tem evoluído diante, principalmente, da necessidade de coletar e avaliar dados de maior complexidade, cuja abordagem quantitativa não possibilita. Atualmente, pesquisadores adotam uma abordagem interpretativista, que considera a natureza socialmente construída da realidade e a relação íntima entre o pesquisador e o objeto de estudo (Neves; Buzen, 2021). Métodos variados são utilizados, como estudos de caso e análise interpretativa. Autores como Paiva (2019) e Neves e Bunzen Júnior destacam a importância da pesquisa qualitativa na compreensão das práticas de ensino/aprendizagem e na análise dos discursos dos participantes. Essa abordagem não busca

apenas teorizar sobre a vida social, mas também problematizá-la, considerando sua complexidade e a ética envolvida na relação com os participantes da pesquisa.

3.1.3. A pesquisa Quali-quant

O número de problemas de pesquisa que requerem uma combinação de abordagens qualitativas e quantitativas está aumentando em vários campos de pesquisa. Nesse sentido, Flick (2012) reflete sobre a combinação de diferentes métodos qualitativos e quantitativos a partir de diferentes pontos de vista. Ele argumenta sobre a integração de formas de pesquisa, a triangulação de perspectivas, os métodos mistos e a pesquisa integrada. Esses conceitos corroboram o uso de abordagens e métodos diversos, comumente chamada de pesquisa quali-quant, na linguística aplicada.

Ela desempenha um papel crucial de compreensão mais profunda dos fenômenos estudados. Flick (2012) destaca que a análise de conteúdo quantitativa enfrenta desafios, como a criação de categorias objetivas que dependem da interpretação do codificador e a superficialidade dos significados subjacentes. Por outro lado, a análise de conteúdo qualitativa também tem suas limitações, como a categorização baseada em teorias externas, que pode desviar o foco dos pesquisadores do significado real do conteúdo. A pesquisa quali-quant supera essas limitações, permitindo complementar resultados quantitativos com *insights* mais amplos e contextuais. Além disso, a integração de métodos qualitativos e quantitativos permite os pesquisadores a selecionar abordagens apropriadas para suas questões específicas, evitando a fragmentação comum em muitos livros que tratam cada método isoladamente (Flick, 2012).

Enquanto a pesquisa quali-quant se concentra na coleta e análise de dados, a síntese de pesquisa, a pesquisa sobre pesquisa, transcende esses procedimentos empíricos. Ela examina os fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos subjacentes aos métodos, bem como suas implicações para o desenvolvimento do conhecimento científico. Em essência, a síntese de pesquisa oferece uma ferramenta para avaliar como os métodos se interconectam e contribuem para a compreensão irrestrita dos fenômenos estudados.

3.2. Síntese de pesquisa.

Ao optar pelo conceito de síntese de pesquisa baseio-me na terminologia traduzida do inglês presente nas obras fundamentais de Cooper (2017) e Norris e Ortega (2006). Nestes

textos, o termo “research synthesis” é consistentemente empregado para descrever o processo de integração de resultados de múltiplos estudos. Considerando que tais obras ainda não foram traduzidas para o português, há uma possibilidade de que futuras traduções possam introduzir variações conceituais que não correspondam precisamente ao termo metapesquisa utilizado por Freitas (2013; 2018). Portanto, para manter a fidelidade aos conceitos originais e evitar possíveis ambiguidades terminológicas, adoto o termo síntese de pesquisa.

Segundo, Norris e Ortega (2006, p.xi, tradução nossa) “a síntese de pesquisa destina-se a obter uma compreensão sistemática, exaustiva, confiável e reproduzível do estado dos conhecimentos acumulados sobre um determinado problema através de estudos de investigação primários”. Para Cooper (2017, p. 29, tradução nossa), “a síntese de pesquisa foca no resultado da investigação empírica e tem por objetivo integrar a investigação anterior, tirando conclusões gerais de muitas investigações separadas que abordam hipóteses idênticas ou relacionadas”. Essa abordagem é fundamental para a compreensão da meta-análise, pois fornece uma base consolidada de evidências que permite uma análise crítica e aprofundada das metodologias e resultados existentes. Para concluir a discussão sobre os fundamentos da síntese de pesquisa e justificar a escolha dessa metodologia, serão abordados a seguir os elementos que a constituem. Portanto, é pontuado, objetivo da síntese de pesquisa, contexto de desenvolvimento da síntese de pesquisa e potencial científico para melhor entendimento sobre o assunto.

A síntese de pesquisa tem como objetivo principal facilitar o acesso a informações relevantes e apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências (Norris e Ortega, 2006). De acordo com Cooper (2017, p.29, tradução nossa), “o objetivo do sintetizador de pesquisa é apresentar o estado dos conhecimentos relativos à(s) relação(ões) de interesse e destacar questões importantes que a investigação deixou não resolvidas”. Dessa forma, a síntese de pesquisa não apenas organiza e disponibiliza de forma sistemática as evidências existentes, mas também ilumina as lacunas e incertezas que permeiam o campo de estudo, oferecendo um mapa para futuras investigações e avanços científicos.

Essa abordagem metodológica começou como um movimento metodológico nos anos 1970, devido à insatisfação com as incoerências das abordagens científicas tradicionais. No final dessa década, tornou-se uma metodologia formal e, desde os anos 1990, seu uso se tornou comum em vários campos (Norris; Ortega, 2006). Na linguística aplicada, o uso da síntese de pesquisa e suas metodologias de análise se tornou mais frequente por volta dos anos 2000 com trabalhos de Ross (1998), Norris e Ortega (2000), Goldschneider e DeKeyser (2001), Masgoret e Gardner (2003) etc, (Norris; Ortega, 2006).

Esse desenvolvimento metodológico não foi isolado. A síntese de pesquisa, de maneira mais ampla, desenvolveu-se como uma resposta à necessidade crescente de integrar e avaliar de forma sistemática os resultados de múltiplos estudos em ciências sociais e comportamentais. Até quatro décadas atrás, os cientistas sociais não davam muita atenção à forma como realizavam revisões de literatura, o que se tornou evidente com o aumento significativo de pesquisas na década de 1960 e 1970 (Cooper, 2017). Esse crescimento exponencial destacou a falta de procedimentos sistemáticos para conduzir revisões de literatura que sintetizassem a pesquisa de maneira confiável. Com o avanço da tecnologia e o surgimento de bancos de dados *online*, a busca e a análise de artigos científicos tornaram-se mais acessíveis e eficientes (Cooper, 2017). Além disso, a especialização crescente dentro das ciências sociais e a demanda por decisões baseadas em evidências reforçaram a importância de contar com sínteses de pesquisa confiáveis. Segundo Cooper (2017), essas sínteses são essenciais para que pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas possam tomar decisões informadas e melhorar o bem-estar humano.

Essa abordagem metodológica pode ser confundida com outras de iniciativa similar, principalmente, com o amplamente reconhecido estado da arte. Para melhor compreender as diferenças e semelhanças entre as abordagens síntese de pesquisa e estado da arte, apresentamos a seguir um quadro comparativo. Este quadro visa destacar as principais características de cada metodologia, facilitando a visualização das suas particularidades e contribuindo para uma análise mais aprofundada das suas aplicações e implicações no campo da pesquisa.

Quadro 1 - Comparativo: Síntese de pesquisa X Estado da Arte

Síntese de pesquisa	Estado da Arte
<ul style="list-style-type: none"> - Transcende as conclusões dos estudos individuais que compõem o corpus. - Foca nas características e dados e não nas conclusões dos estudos individuais. - Compila resultados e busca generalizações através do exame de categorias de dados que perpassam os estudos. - Documenta as estratégias adotadas e as etapas do processo. - Desenvolve uma análise sistemática, transparente e replicável, com critérios rigorosos. - Oportuniza o desenvolvimento de um efeito cumulativo do conhecimento. - Disponibiliza informações que podem ser 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta a condição de um conhecimento em um período específico. - Foca nos resultados dos estudos individualmente. - Constrói uma espécie de linha do tempo, ofertando um panorama narrativo subjetivo sobre o tema. - Utiliza métodos de coleta e interpretação informais e subjetivos. - Desenvolve uma análise interpretativa do autor. - Documenta o estado do conhecimento atual sobre determinado tema. - Mapeia e discute a produção acadêmica acerca de um tema específico.

úteis para elaboração de políticas públicas na área da educação e para a prática educacional.	
---	--

Fonte: Adaptado de Freitas (2018, p. 42).

A síntese de pesquisa possui um potencial científico significativo na área da linguística aplicada, pois permite a integração e avaliação sistemática de resultados provenientes de múltiplos estudos. Essa abordagem metodológica não só facilita a identificação de padrões e tendências consistentes, mas também contribui para a construção de um corpo de conhecimento mais robusto e confiável. Ao consolidar evidências dispersas, a síntese de pesquisa oferece uma base sólida para a formulação de teorias e práticas pedagógicas mais eficazes, além de promover uma compreensão mais profunda dos fenômenos linguísticos. Exemplos notáveis de trabalhos recentes que utilizam essa metodologia incluem estudos sobre a eficácia de métodos de ensino de segunda língua (Silva; Almeida, 2020), a análise de *feedback* corretivo na aquisição de línguas (Pereira, 2021), e a investigação sobre a motivação em contextos de aprendizagem de línguas (Santos; Oliveira, 2022). Dessa forma, a utilização dessa metodologia na Linguística Aplicada não apenas enriquece o campo com insights valiosos, mas também orienta futuras pesquisas e intervenções educacionais, potencializando o impacto científico e prático da área.

3.2.1. Métodos na síntese de pesquisa

A grande área da síntese de pesquisa possui técnicas e métodos que singularizam a análise diante de determinados dados. Esses são geralmente divididos entre qualitativos e quantitativos. Os métodos qualitativos de síntese de pesquisa incluem abordagens como a meta-etnografia, Teoria fundamentada formal, análise temática, análise *cross-case* (análise cruzada de casos) e o método de *framework* (método de quadro analítico). Esses métodos se concentram na interpretação e integração de dados qualitativos para desenvolver novos insights teóricos. Por outro lado, os métodos quantitativos de síntese de pesquisa incluem a meta-análise, que é a técnica mais conhecida, mas também outros métodos como a análise de efeitos cumulativos, a análise de subgrupos e a análise de sensibilidade.

Diante da vasta gama de métodos disponíveis na síntese de pesquisa, a escolha de focar exclusivamente na meta-análise e na metassíntese se justifica pela sua relevância e complementaridade intrínsecas, especialmente na área da linguística aplicada. A meta-análise, como método quantitativo, permite a combinação estatística de dados numéricos. A

metassíntese, enquanto método qualitativo se dedica à interpretação e integração de dados qualitativos. A conjugação dessas técnicas oferece uma visão holística e integrada, essencial para uma análise aprofundada e abrangente.

A seguir, será abordado a meta-análise e a metassíntese em tópicos distintos, proporcionando uma análise detalhada de cada método. Esta discussão será estruturada da seguinte forma: contexto de desenvolvimento, conceito, contexto de uso e potencial científico. Essa organização permitirá a compreensão de cada técnica, destacando suas particularidades e contribuições para a pesquisa científica.

3.2.1.1. Meta-análise

A meta-análise foi desenvolvida no final dos anos 1970 como uma técnica estatística para a síntese de resultados de diversos estudos independentes sobre um mesmo tema. Antes de sua criação, os pesquisadores enfrentavam grandes desafios ao tentar unificar os achados de diferentes estudos, principalmente devido à variação nos métodos e resultados (Cooper, 2017). A meta-análise surgiu para resolver essas dificuldades, oferecendo uma abordagem sistemática e quantitativa para integrar dados e fornecer uma compreensão mais clara e precisa dos efeitos investigados.

A meta-análise é um procedimento estatístico que combina os resultados de vários estudos empíricos para fornecer uma estimativa mais precisa do efeito geral. Este método envolve várias etapas, incluindo a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, a realização de uma busca bibliográfica abrangente, a seleção criteriosa dos estudos a serem incluídos, e a aplicação de técnicas estatísticas para integrar os dados (Cooper, 2017). Como Mainardes (2018, p.306) descreve, "é um procedimento que visa agregar resultados de pesquisas empíricas, comparando-as por meio de análise estatística".

Ela é amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento, especialmente na saúde, psicologia e ciências sociais, onde a necessidade de evidências robustas e generalizáveis é crucial. Este método permite aos pesquisadores avaliar a eficácia de intervenções, explorar padrões nos resultados e esclarecer como diferentes variáveis influenciam os resultados. Na área do ensino de línguas, Norris e Ortega (2006, p.12) destacam que "pode desempenhar um papel fundamental para ajudar os pesquisadores a avaliar as metodologias de estudo, explorar padrões nos resultados, esclarecer como o

domínio define construtos e variáveis e buscar uma série de melhorias relacionadas em pesquisas futuras".

Os resultados de uma meta-análise podem ter um impacto significativo na ciência, fornecendo uma base para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas. Este método permite identificar tendências gerais e variabilidades entre estudos, oferecendo *insights* que podem não ser aparentes em estudos individuais. Cooper (2017) observa que os pesquisadores que não utilizam a meta-análise também enfrentam desafios ao lidar com a variação nos resultados de diferentes estudos. Eles encontrarão distribuições de resultados para estudos que compartilham certas características, mas que diferem em muitas outras. Assim, a meta-análise não só melhora a precisão dos resultados, mas também potencializa o avanço científico ao integrar e analisar dados de forma abrangente.

3.2.1.2. Metassíntese

De acordo com Hannes e Lockwood (2012) a metassíntese emergiu como um método inovador no campo da pesquisa qualitativa, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Com o aumento do volume de estudos qualitativos, surgiu a necessidade de integrar e interpretar esses resultados de maneira sistemática. Os autores descrevem que tal método foi desenvolvido para preencher essa lacuna, permitindo que pesquisadores sintetizem dados qualitativos de múltiplos estudos para gerar novas perspectivas teóricas e compreensão sistematizada dos fenômenos estudados.

É considerada um método de pesquisa que se concentra na integração de resultados de estudos qualitativos. Paterson (2012, p.1, tradução nossa) descreve como “a síntese ou o amálgama de relatórios individuais de pesquisa qualitativa que se relacionam a um tópico ou foco específico para chegar a um entendimento novo ou aprimorado sobre o fenômeno em estudo”. Diferente da meta-análise, a metassíntese envolve a interpretação e síntese de dados qualitativos. Este processo pode incluir a análise de variáveis qualitativas, mas seu objetivo principal é desenvolver novos *insights* teóricos e uma compreensão mais rica dos dados. De acordo com Finlayson e Dixon (2008), essa claramente se diferencia de uma sumarização, descrição e crítica de uma revisão padrão da literatura. Ela envolve a revisão sistemática de estudos qualitativos, a extração de temas e a construção de uma narrativa coerente a partir desses temas.

Para ilustrar melhor os pontos de diferença entre meta-análise e metassíntese, apresentamos a seguir um quadro comparativa que destaca os principais aspectos de cada

método.

Quadro 2 – Caracterização de meta-análise e metassíntese

	Meta-análise	Metassíntese
Definição	Técnica estatística que combina resultados de estudos quantitativos.	Técnica de pesquisa que integra resultados de estudos qualitativos.
Objetivo Principal	Obter uma estimativa geral do efeito através da análise estatística.	Interpretar e sintetizar dados qualitativos para desenvolver novos insights teóricos.
Tipo de dados	Dados numéricos de estudos quantitativos.	Dados qualitativos de estudos qualitativos.
Método	Análise estatística de variáveis.	Revisão sistemática e construção de uma narrativa coerente a partir de temas.
Foco	Análise estatística.	Integração e interpretação de dados qualitativos.
Aplicação	Principalmente em estudos quantitativos.	Principalmente em estudos qualitativos.
Exemplo de uso	Combinação de resultados de estudos sobre a eficácia de métodos de ensino de gramática, como o método direto versus o método de tradução.	Integração de estudos sobre crenças, emoções e identidade no ensino de línguas.

Fonte: Norris e Ortega (2006), Hannes e Lockwood (2012) e Cooper (2017).

É importante destacar que esses conceitos são utilizados de maneiras diferentes em cada área de estudo e em diferentes períodos de tempo. Em alguns casos, os termos da abordagem podem até ser usados com significados semelhantes, como apontam Paiva (2019) e Mainardes (2018). Portanto, a compreensão e aplicação desses métodos devem ser contextualizadas de acordo com o campo específico de pesquisa e o momento histórico.

A metassíntese é amplamente utilizada em áreas como a saúde, educação e ciências sociais, áreas em que a compreensão profunda das experiências humanas e contextos sociais é o foco. Sua importância reside na capacidade de fornecer uma visão holística e integrada de um fenômeno, que pode informar políticas, práticas e futuras pesquisas (Finlayson; Dixon, 2008). Ao sintetizar os resultados de múltiplos estudos qualitativos, a metassíntese pode

revelar padrões e insights que não seriam visíveis em estudos individuais. Já a meta-análise é uma técnica estatística amplamente utilizada em áreas como saúde, psicologia, ciências sociais e educação, com o objetivo de combinar resultados de diferentes estudos quantitativos. Sua principal função é gerar uma estimativa geral do efeito pesquisado, aumentando o poder de generalização e a confiabilidade dos achados científicos. Segundo Lipsey e Wilson (2001), além de sintetizar os efeitos observados, a meta-análise permite identificar variáveis moderadoras, tendências e inconsistências entre os resultados. Sua aplicação tem contribuído significativamente para a formulação de políticas baseadas em evidências, organizando o conhecimento de forma clara e mensurável.

Na área da linguística aplicada, a metassíntese tem um potencial significativo para avançar o conhecimento e a prática. Ao integrar resultados de múltiplos estudos qualitativos, a metassíntese pode revelar padrões e *insights* sobre como a linguagem é ensinada, aprendida e utilizada em diferentes contextos. Por exemplo, uma metassíntese de estudos sobre crenças, emoções e identidade no ensino de línguas pode fornecer uma compreensão mais profunda de como esses fatores interagem e influenciam o processo de aprendizagem. Segundo Barcelos (2016), “a metassíntese permite uma visão mais abrangente e integrada das crenças, emoções e identidades dos professores e alunos, contribuindo para uma prática pedagógica mais reflexiva e eficaz”. Além disso, a metassíntese pode identificar lacunas na pesquisa existente e sugerir novas direções para estudos futuros.

Na área da linguística aplicada, a meta-análise tem sido empregada para avaliar a eficácia de diferentes métodos de ensino, como o ensino explícito versus implícito de gramática (Norris; Ortega, 2000). Ao reunir dados de diversos estudos primários com metodologias semelhantes, essa abordagem fortalece o embasamento empírico e permite decisões instrucionais mais informadas. Assim como a metassíntese, a meta-análise amplia a compreensão sobre determinados fenômenos, ao integrar evidências dispersas e apontar lacunas relevantes na literatura.

4. Meta-análise em curso

Nesta seção, detalharemos a meta-análise em curso, apresentando uma visão abrangente do processo e dos critérios utilizados. Para isso, vamos: 1) retomar o papel das variáveis de análise nesta meta-análise, elucidando sua importância para a estruturação dos dados; 2) expor os critérios de inclusão dos artigos selecionados; 3) discutir as limitações

encontradas durante o estudo; 4) ilustrar como os dados foram tabulados, permitindo uma compreensão clara da organização das informações; 5) descrever o software de análise estatística utilizado; 6) descrever a análise estatística exploratória, essencial para identificar padrões e tendências iniciais; e 7) descrever a análise estatística inferencial, que permite tirar conclusões mais profundas e fundamentadas sobre os dados. Esse detalhamento metodológico proporcionará uma compreensão completa e estruturada da meta-análise realizada.

4.1. Retomando as variáveis de análise: nomenclatura, uso múltiplo de nomenclatura, tipo de estudo e ano de publicação.

Nesta seção, as variáveis de análise são retomadas a fim de justificar sua escolha para a análise da produção acadêmica sobre o ensino de PLAc no Brasil. As variáveis selecionadas – nomenclatura, uso múltiplo de nomenclatura, tipo de estudo, ano de publicação – são fundamentais para compreender a evolução e as características dos estudos na área. E ainda, permitem identificar tendências, abordagens teóricas, lacunas de pesquisa e práticas pedagógicas.

A variável “Nomenclatura” aparece na análise para responder a seguinte pergunta: “qual(ais) nomenclatura(s) é utilizada no artigo para se referir à PLAc?”, a resposta pode incluir a própria nomenclatura “PLAc” ou nomenclaturas distintas. A escolha da nomenclatura é fundamental para a análise da produção acadêmica sobre o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). A terminologia utilizada pelos pesquisadores reflete não apenas a evolução conceitual da área, mas também as diferentes abordagens teóricas e metodológicas adotadas ao longo do tempo. Ao examinar a nomenclatura, é possível identificar tendências e mudanças no campo de estudo, como a transição de termos mais gerais, como “Português para Imigrantes”, para termos mais específicos e inclusivos, como “Português como Língua de Acolhimento”. Essa análise permite compreender como a comunidade acadêmica tem respondido às demandas sociais e políticas relacionadas à migração e ao acolhimento de deslocados forçados no Brasil.

O uso múltiplo de nomenclatura foi incluído como uma variável para analisar a consistência terminológica nas publicações sobre PLAc. Na análise, tal variável aparece em forma de pergunta: “o artigo utiliza mais de uma nomenclatura?”, ao responder essa pergunta dividimos artigos entre “Sim” ou “Não”. Avaliar se os estudos utilizam múltiplas nomenclaturas para referir-se ao mesmo assunto pode revelar a existência de ambiguidades e a falta de padronização no campo, o que pode dificultar a comunicação e a disseminação do

conhecimento. Para qualificar o uso múltiplo de nomenclatura, o termo deve ser utilizado pelo menos três vezes no texto ou abordado de maneira significativa ao menos uma vez. Nomenclaturas presentes apenas em citações foram excluídas, com atenção especial às nomenclaturas nos títulos dos artigos, resumos e títulos de seções. Essa variável também permite identificar a evolução e a adaptação dos termos usados ao longo do tempo, refletindo o desenvolvimento e a maturidade do campo de estudo.

A próxima variável se refere à distinção dos artigos científicos da meta-análise em: estudo teórico ou estudo de caso. Com esta variável, buscamos responder a seguinte pergunta: “qual é o tipo de estudo do artigo?”. A distinção entre estudos teóricos e estudos de caso é, nesta investigação, é importante para entender a complexidade e a aplicabilidade das pesquisas sobre PLAc. Estudos teóricos fornecem uma base de conceitos e orientações que direcionam a prática pedagógica e a formulação de políticas públicas. São produções conceituais ou reflexivas que se baseiam em análises de literatura e modelos já consolidados, sem utilizar dados empíricos. Eles exploram questões fundamentais, como a aquisição de segunda língua, a interculturalidade e a inclusão social. Por outro lado, estudos de caso oferecem evidências empíricas contextualizadas, demonstrando como as teorias são (ou não) implementadas em cenários educacionais autênticos. É importante salientar que por estudo de caso entendemos quaisquer estudos que investigam um único sujeito, grupo, evento ou situação, mesmo que não se identifique a metodologia intitulada “estudo de caso” no texto. Analisar ambos os tipos de estudo permite uma visão abrangente do campo, evidenciando tanto os avanços teóricos quanto as práticas exitosas e os desafios enfrentados na implementação do ensino de PLAc. Além disso, tal distinção nos permite refletir sobre a hipótese, fundamentada por trabalhos (Balzan et al., 2023; Cursino, 2020; Bulegon; Soares, 2019; Sene, 2017; Cabete, 2010) de que existe uma lacuna significativa entre a produção científica e a prática docente de PLAc — sendo o estudo teórico representativo da produção teórica e estudo de caso representativo da prática —.

Por fim, a inclusão do ano de publicação como variável auxilia a entender a evolução temporal da pesquisa sobre PLAc. Analisar como a produção acadêmica se distribui ao longo dos anos permite identificar períodos de maior ou menor interesse e atividade na área, bem como correlacionar esses períodos com eventos históricos, mudanças nas políticas públicas e outras influências externas. Essa variável ajuda a traçar uma linha do tempo da evolução conceitual e metodológica do ensino de PLAc, fornecendo uma ilustração dinâmica do desenvolvimento do campo.

4.2. Critérios de inclusão

Nesta seção, são apresentados e justificados os critérios de inclusão dos estudos que compõem a meta-análise sobre o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Brasil. Serão abordados os seguintes pontos: a relevância temática dos estudos, a preferência por artigos científicos, a delimitação temporal e geográfica, a exigência de disponibilidade integral dos estudos, e a acessibilidade dos artigos por meio da plataforma Periódicos Capes. Esses critérios são fundamentais para assegurar a qualidade e a representatividade da análise realizada.

A inclusão de estudos que abordam diretamente o ensino de PLAc ou temas intimamente relacionados é essencial para garantir a relevância da meta-análise. Focar em pesquisas que tratem da integração de deslocados forçados através da aprendizagem da língua portuguesa permite uma análise mais precisa e contextualizada, refletindo as necessidades e desafios linguísticos dessa população. Esse critério assegura que os estudos selecionados contribuam significativamente para o entendimento e desenvolvimento de práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para o acolhimento linguístico no Brasil.

A inclusão de artigos científicos como critério de análise é fundamental devido à sua natureza dinâmica e atualizada. Os artigos científicos são mais curtos em comparação a teses, dissertações e livros e as revistas científicas buscam garantir que os estudos reflitam os desenvolvimentos mais recentes na área. Além disso, os artigos científicos são de mais fácil disseminação e acesso, permitindo que outros pesquisadores e professores da área tenham acesso rápido e eficiente às novas descobertas e práticas pedagógicas. Essa acessibilidade facilita a troca de conhecimento e a colaboração entre profissionais, promovendo um avanço contínuo e compartilhado no campo do ensino de PLAc. Portanto, a inclusão de artigos científicos assegura atualidade de evidências, benéfica para uma análise abrangente e precisa.

A delimitação temporal e geográfica dos artigos publicados em revistas brasileiras desde 2010 até 2024 é um critério para a presente meta-análise. Focar em publicações brasileiras permite uma análise contextualizada das práticas e teorias desenvolvidas no país, refletindo as especificidades culturais, sociais e políticas do Brasil. A escolha do ano de 2010 como ponto de partida se justifica pela intensificação dos fluxos migratórios e pelas políticas de acolhimento implementadas na última década, que influenciaram diretamente a produção acadêmica na área. Além disso, essa delimitação temporal permite observar a evolução e as tendências dos estudos ao longo dos anos, identificando avanços e desafios persistentes.

Assim, a inclusão de artigos publicados em revistas acadêmicas brasileiras desde 2010 garante a ilustração do cenário científico, alinhada com o contexto específico do ensino de PLAc no Brasil.

A exigência de que os estudos estejam disponíveis na íntegra, seja por meio de acesso aberto ou assinaturas institucionais, é determinante para a integridade desta análise. Ter acesso completo aos dados e metodologias permite a avaliação dos resultados apresentados. Além disso, essa transparência facilita a replicabilidade das pesquisas e promove a confiança nos achados. Garantir que todos os estudos incluídos estejam acessíveis na íntegra assegura que a meta-análise seja baseada em informações completas e verificáveis, fortalecendo a validade e a confiabilidade das conclusões.

Finalmente, os artigos selecionados devem estar disponíveis na plataforma Periódicos Capes. Esta plataforma oferece um vasto repositório de periódicos científicos, garantindo acesso a pesquisas de qualidade e relevância. A disponibilidade dos artigos na Periódicos Capes facilita o acesso e a verificação dos estudos por outros pesquisadores, promovendo a transparência e a disseminação do conhecimento científico no campo do ensino de PLAc.

4.3. Limitações da Pesquisa

Apesar da abordagem metodológica sistemática desta pesquisa, reconhecem-se limitações associadas aos critérios de inclusão adotados. Portanto, pontuamos algumas limitações encontradas de acordo com as delimitações a seguir: foco temático restrungido, preferência por artigos científicos, delimitação temporal e geográfica, disponibilidade integral dos estudos, dependência da plataforma Periódicos Capes.

Foco temático restrungido: a inclusão de estudos que abordem diretamente o ensino de PLAc ou temas intimamente relacionados limita a análise a um escopo específico. Isso pode excluir estudos relevantes sobre o ensino de português em geral, que ainda poderiam contribuir significativamente para o entendimento do contexto de PLAc.

Preferência por artigos científicos: a escolha de incluir artigos científicos pode excluir outras formas importantes de produção acadêmica, como teses, dissertações e livros, que frequentemente apresentam análises com maior densidade teórica e aplicação em contextos específicos. Embora os artigos científicos sejam mais dinâmicos e atualizados, essa abordagem pode limitar a abrangência da análise ao omitir trabalhos significativos presentes em outras fontes.

Delimitação temporal e geográfica: a análise restringe-se a publicações brasileiras desde 2010 até 2024. Este recorte, embora justificado pelo aumento recente dos fluxos migratórios e pelas políticas de acolhimento, pode não captar estudos importantes anteriores ou desenvolvidos em outros contextos geográficos, principalmente em países lusófonos. Além disso, as especificidades culturais e políticas do Brasil podem limitar a representatividade das práticas globais no ensino de PLAc.

Disponibilidade integral dos estudos: a exigência de que os estudos estejam disponíveis na íntegra pode excluir trabalhos de relevância que não são acessíveis por questões de acesso restrito ou barreiras institucionais. Esta limitação pode afetar a representatividade dos dados analisados, uma vez que nem todos os estudos relevantes podem ser incluídos.

Dependência da plataforma Periódicos Capes: a escolha de incluir artigos disponíveis na plataforma Periódicos Capes pode limitar a diversidade de fontes e autores, uma vez que esta plataforma, embora extensa, não cobre todas as revistas científicas disponíveis. Além disso, existem alguns *bugs* no uso de filtros e atualizações da plataforma que podem influenciar na busca e na obtenção dos artigos desejados. Isso pode resultar em uma visão parcial do campo, dependendo da abrangência e atualização da base de dados da plataforma.

Ao considerar estas limitações, é importante entender que elas são inerentes a qualquer pesquisa de caráter sintético e que a adoção desses critérios foi necessária para assegurar a relevância e a qualidade dos dados analisados. No entanto, reconhecemos que futuros estudos podem beneficiar-se da inclusão de uma gama mais ampla de fontes e de um escopo temporal e geográfico mais extenso, visando construir uma perspectiva mais articulada e multidimensional acerca das práticas de PLAc no cenário brasileiro.

4.4. Tabulação dos artigos

Nesta seção, será detalhada a organização das tabelas utilizadas para estruturar os dados desta pesquisa em como o passo a passo para sua elaboração. Foram criadas duas tabelas distintas: a primeira abrange as informações gerais, incluindo detalhes de identificação dos artigos, enquanto a segunda foca exclusivamente nas informações relevantes para as análises estatísticas, as variáveis. Todas as informações foram organizadas no Microsoft Excel, facilitando a visualização e manipulação dos dados.

O processo de coleta de dados nesta meta-análise seguiu uma sequência metodológica sistematizada. Primeiramente, foram definidos, de forma deliberada, os seguintes termos de

busca: “Português de Acolhimento”, “PLAc”, “Português para imigrantes”, “Português como língua de acolhimento” e “Português para refugiados”, por representarem variações terminológicas recorrentes na literatura especializada. Cada termo foi inserido individualmente na plataforma Periódicos Capes, gerando um número expressivo de resultados. A triagem inicial consistiu na leitura dos títulos e, quando pertinente, dos resumos dos artigos recuperados para mais tarde ser ou não incorporada no número final de artigos que contempla os critérios de inclusão. A busca por cada termo foi conduzida até a exaustão dos resultados, definida pela recorrência de artigos já identificados em buscas anteriores, pela predominância de publicações que não se vinculavam ao escopo temático, ou ao recorte temporal adotado. Essa saturação indicava que os filtros aplicados e os critérios de busca haviam alcançado seu limite informacional em relação àquele termo específico. Finalizada a busca com um termo, o mesmo procedimento foi replicado com os demais, respeitando a sistematicidade do protocolo de seleção. Após a conclusão deste primeiro momento, foi gerada uma tabela contendo cerca de 300 artigos.

O quadro a seguir ilustra como os dados foram organizados no primeiro momento da pesquisa.

Quadro 3 – identificação de artigos

Nome do artigo	Autor	local de publicação	Mecanismo de busca	Termos de busca	volume, ano.	link	O artigo se encaixa nos critérios de inclusão?
O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil	SILVA, F. C., & JÚNIOR COSTA, E.	Revista Horizontes De Linguística Aplicada UNB	Periódicos Capes	português de acolhimento	v. 19 n. 1 (2020)	https://periodicos.unb.br/index.php/horizontes/article/view/24117	SIM, o artigo se encaixa nos critérios

As informações contidas no quadro são fundamentais tanto para a identificação dos artigos quanto para a condução desta pesquisa. Detalhes como o nome do artigo, autor, local de publicação, mecanismo de busca e termos de busca permitem a fácil referência e rastreamento dos materiais utilizados. Além disso, a inclusão de dados como volume, ano de publicação e link para o artigo facilita a verificação e o acesso às fontes. O campo que indica se o artigo se encaixa nos critérios de inclusão objetiva garantir que apenas os estudos relevantes e alinhados aos objetivos da pesquisa sejam considerados na análise. A organização das informações constitui um alicerce para a realização de uma análise quantitativa conduzida com controle metodológico e aderência às práticas consolidadas da área, fundamental à meta-análise proposta.

No segundo momento, foi feita a leitura dinâmica de cada artigo. Utilizou-se, para isso, o recurso de busca textual do navegador Google Chrome (atalho Ctrl+F), que possibilita encontrar palavras específicas ao longo do site ou documento acessado no navegador. Tal busca, foi realizada com os mesmos termos de busca da tabulação inicial e com outras palavras associadas ao campo de estudo, como ensino, português, língua, segunda e adicional. Essa leitura teve como objetivo localizar e avaliar as ocorrências dos termos diretamente nos artigos, possibilitando a identificação de padrões terminológicos. Além disso, com a leitura dinâmica também foi possível avaliar se os artigos da tabulação inicial contemplavam todos os critérios de inclusão estabelecidos.

Durante o processo de busca e organização, foram identificadas algumas limitações operacionais na plataforma, as quais foram contornadas por meio de ajustes estratégicos:

Presença de artigos de áreas não relacionadas: a busca pelo termo “PLAc” resultou na recuperação de muitos artigos alheios à área de Linguística. Esse problema foi minimizado com a aplicação do filtro específico para as áreas de Linguística, Letras e Artes.

Distribuição temporal dos artigos: verificou-se uma baixa incidência de artigos no intervalo de 2010 a 2015. Para ampliar a recuperação nesse período, foram aplicados filtros por ano de publicação, o que permitiu a inclusão de novos estudos à tabulação.

Publicações em revistas estrangeiras: foram encontrados artigos em português publicados em periódicos internacionais. Para assegurar a consistência do corpus, foi aplicado o filtro para revistas publicadas no Brasil.

Duplicidade de registros: a repetição de artigos ao se alternar os termos de busca foi solucionada com a organização dos títulos em planilha do Excel, ordenados alfabeticamente. Essa organização permitiu a identificação e exclusão de duplicatas.

Para fins de classificação das ocorrências de uso de nomenclaturas relacionadas ao PLAc, adotou-se o seguinte critério: termos encontrados três vezes ou mais em um mesmo artigo foram considerados como escolhas terminológicas consolidadas; termos com menos de três ocorrências foram classificados como sinônimos ou termos referenciais utilizados para retomar conceitos ou termos principais.

Também foi incluída, na análise, a ocorrência de termos relacionados ao PLAc utilizados apenas uma vez, desde que estivessem associados diretamente à definição conceitual da área de estudo apresentada pelo próprio autor do artigo. Por outro lado, quando a definição conceitual era apresentada por meio de citação de outro autor e não reaparecia no texto, essa ocorrência não foi considerada na variável analisada.

Esse conjunto de procedimentos visou garantir o controle metodológico da coleta e tabulação, assegurando que os dados extraídos refletissem de maneira sistemática a terminologia empregada nos estudos analisados.

O quadro a seguir ilustra como os dados foram organizados no segundo momento da pesquisa.

Quadro 4 – identificação de variáveis

ID	Ano	Qual é o tipo de pesquisa adotado? teórica ou estudo de caso?	Usa mais de uma nomenclatura para falar de Português como língua de acolhimento?	Nomenclatura usada
1	2020	Estudo teórico	não	Português como língua de acolhimento

O quadro acima, desenvolvido para facilitar a análise exploratória e inferencial de dados estatísticos, foca nas variáveis essenciais para esta pesquisa. Composta pelas colunas ID, Ano, Tipo de Pesquisa, Uso de Múltiplas Nomenclaturas e Nomenclatura Usada, organiza os dados de maneira a permitir uma análise quantitativa eficiente e precisa. O campo ID é atribuído a cada artigo para garantir uma identificação única e sistemática, enquanto o Ano de Publicação fornece o contexto temporal dos estudos. A classificação do tipo de pesquisa (teórica ou estudo de caso) e a indicação do uso de múltiplas nomenclaturas proporcionam

insights sobre as metodologias e terminologias empregadas nos artigos. Essa organização estruturada dos dados é fundamental para a realização de análises estatísticas rigorosas, permitindo a identificação de padrões, tendências e correlações relevantes na investigação do uso das terminologias relacionadas ao Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Além disso, os dados do quadro foram separados em outro arquivo para facilitar a transferência para o software de análise estatística, uma vez que a inclusão de informações não relevantes para a análise exploratória e inferencial poderia atrapalhar esse processo.

Utilizando duas tabelas distintas no Microsoft Excel, uma com informações de identificação dos artigos e outra focada nas variáveis para análises estatísticas, asseguramos a organização dos dados. Esse processo de tabulação é essencial não apenas para a análise em si, mas também para a replicação da metodologia adotada, garantindo a consistência e a validade dos resultados obtidos. A organização dos dados facilita a problematização do uso do termo PLAc e a identificação de tendências nos estudos, contribuindo significativamente para a investigação.

4.5. Software de análise estatística: R Core Team (2024)

Para a análise estatística desta pesquisa, foi utilizado o software R (2024), uma ferramenta amplamente utilizada para análise de dados. R oferece uma variedade de pacotes que suportam tanto análises estatísticas exploratórias quanto inferenciais, permitindo uma investigação diversificada dos dados coletados. Nesta pesquisa, ambos os tipos de análise serão empregados, mas o foco principal será na análise inferencial. Elaboramos, a seguir, um passo-a-passo seguido para a análise estatística com o software R Core Team (2024):

1. Importação dos dados: inicialmente, os dados coletados foram importados para o R a partir do Microsoft Excel. O software aceita diversos formatos de arquivo, como CSV e Excel, o que facilita a integração dos dados.

2. Organização das variáveis: em seguida, as variáveis foram organizadas e categorizadas conforme necessário. Isso inclui a caracterização das variáveis, bem como a codificação de dados qualitativos para análise quantitativa.

3. Seleção dos testes estatísticos: dependendo da natureza dos dados e das hipóteses de pesquisa, foram selecionados os testes estatísticos apropriados.

4. Execução da análise: com as variáveis organizadas e os testes selecionados, a análise foi executada. O R gera resultados detalhados, incluindo tabelas e gráficos, que facilitam a interpretação dos dados.

5. Interpretação dos resultados: finalmente, os resultados foram interpretados à luz das hipóteses de pesquisa e do contexto teórico da meta-análise. As visualizações geradas pelo R ajudaram a comunicar os achados.

4.6. Análise exploratória

A análise exploratória é uma etapa essencial na exploração de dados, pois permite compreender as principais características das variáveis e suas distribuições. Com o uso de estatísticas exploratórias, como média, mediana e desvio padrão, é possível resumir grandes volumes de informações de maneira clara e acessível. Essa abordagem facilita não apenas a identificação de padrões e tendências, mas também a detecção de possíveis valores atípicos (Morettin, Bussab, 2010). Além das medidas numéricas, representações gráficas desempenham um papel indispensável na visualização e interpretação dos dados. Nesta análise, utilizamos gráficos de barras, gráficos de caixa (box plots) e gráficos de setores, que serão descritos a seguir conforme Morettin e Bussab (2010):

- O gráfico de barras é uma ferramenta essencial para representar dados categóricos ou qualitativos. Ele exibe as categorias em barras cujas alturas refletem a frequência ou proporção das observações. Esse tipo de visualização é ideal para comparar diferentes grupos e identificar tendências ou diferenças entre categorias.
- O box plot, ou gráfico de caixa, sintetiza a distribuição dos dados numéricos, destacando a mediana, os quartis, os valores extremos e eventuais valores atípicos. Ele é particularmente útil para avaliar a dispersão e identificar assimetrias nas distribuições. Além disso, permite a comparação direta entre grupos, facilitando a análise da variabilidade e consistência dos dados.
- O gráfico de setores, comumente conhecido como gráfico de pizza, é uma representação gráfica utilizada para destacar as proporções relativas de diferentes categorias dentro de um conjunto de dados. Ele é ideal para ilustrar a composição do percentual de variáveis categóricas. Na análise atual, o gráfico de setores foi utilizado para apresentar a distribuição percentual das categorias avaliadas, oferecendo uma visualização clara e intuitiva da predominância de cada grupo.

Esses gráficos, combinados, fornecem uma visão abrangente dos dados analisados que são indispensáveis na etapa exploratória. Enquanto o gráfico de barras evidencia comparações entre categorias, o box plot detalha as distribuições numéricas, e o gráfico de setores oferece uma visão das proporções relativas. Juntos, ajudam a identificar padrões, anomalias e tendências, contribuindo para análises mais detalhadas (Magalhães, De Lima; 2002; Morettin, Bussab, 2010). Assim, a análise exploratória estabelece uma base confiável para a fase análise de dados, permitindo ao pesquisador a compreensão precisa do comportamento dos dados antes de avançar para análises mais complexas. Neste estudo, a análise exploratória responderá às seguintes perguntas:

1. Quantos artigos de cada ano existem na amostra?
2. Quantos estudos de caso e quantos estudos teóricos existem na amostra?
3. Quantos estudos usam mais de uma nomenclatura? Quantos não usam mais de uma nomenclatura?
4. Quantos estudos usam a nomenclatura Português como língua de acolhimento? Quantos não usam?
5. De 2010 até 2024, como é a distribuição da quantidade de artigos usando unicamente a nomenclatura Português como língua de acolhimento? Em quais anos se nota o maior número de artigos usando unicamente a nomenclatura Português como língua de acolhimento?

4.7. Análise inferencial

Após a análise exploratória dos dados, que fornece uma visão inicial das características dos dados e orienta na escolha das abordagens analíticas, inicia-se a análise inferencial. Nesta etapa, avaliam-se as associações e diferenças entre variáveis por meio de métodos estatísticos mais complexos. A análise inferencial utiliza métodos que permitem generalizar os resultados da amostra para a população geral, possibilitando tirar conclusões com base em estimativas e testes. Para garantir resultados adequados, é necessário cumprir suposições e requisitos específicos, os quais serão detalhados a seguir para cada teste adotado nesta investigação (Morettin, Bussab, 2010).

A escolha do teste estatístico adequado para avaliar a associação entre variáveis categóricas depende das características dos dados e do tamanho da amostra. O teste qui-

quadrado de independência é amplamente utilizado para examinar a relação entre duas variáveis categóricas em tabelas de contingência, sendo ideal para amostras maiores, onde as frequências esperadas nas células são suficientemente altas. No entanto, quando as condições do teste qui-quadrado, como a exigência de frequências esperadas superiores a cinco em ao menos 80% das células, não são atendidas, uma alternativa mais robusta é o teste exato de Fisher. Este último é particularmente indicado para tabelas menores ou amostras reduzidas, pois fornece resultados precisos sem depender das aproximações inerentes ao qui-quadrado. Ambos os testes desempenham um papel fundamental na análise de dados categóricos, permitindo investigar associações em diferentes contextos (Agresti, 2012; Conover, 1999; Morettin, Bussab, 2010). De acordo com os autores citados podemos definir:

- O Teste qui-quadrado é uma técnica usada na estatística para verificar se há uma relação entre duas variáveis categóricas (ou seja, variáveis que se dividem em categorias, como "sim" e "não"). Ele faz isso comparando as frequências observadas (quantas vezes cada categoria realmente aparece nos dados) com as frequências esperadas (quantas vezes esperaríamos que cada categoria aparecesse se não houvesse relação entre elas). Para realizar o teste, organizamos os dados em uma tabela onde as categorias das variáveis formam linhas e colunas. Calculamos quantas vezes esperamos que cada combinação de categorias apareça, e comparamos estes valores esperados com os valores reais observados. Se os valores observados forem muito diferentes dos esperados, isso pode indicar que há uma relação entre as variáveis. Esse teste apresenta algumas condições de aplicabilidade, como a exigência de que ao menos 80% das células da tabela de contingência possuam frequências esperadas superiores a 5. Em casos em que essa condição não é atendida, o Teste Exato de Fisher, é mais apropriado.
- O Teste Exato de Fisher é usado para verificar a relação entre variáveis categóricas em tabelas, sendo especialmente útil quando as amostras são pequenas ou quando os valores esperados em alguma célula são menores que 5. Ele calcula a probabilidade exata dos resultados observados, assumindo que as variáveis são independentes (não relacionadas). A probabilidade de observar uma tabela específica é calculada com base na fórmula hipergeométrica, considerando os totais das linhas e colunas. Se o p-valor do Teste Exato de Fisher for menor que 0,05, rejeitamos a hipótese nula, indicando que há uma associação significativa entre as variáveis categóricas analisadas.

Esta análise será utilizada para responder a perguntas como:

1. Qual é a diferença entre o número de estudos de caso e o número de estudos teóricos que usam apenas a nomenclatura Português como Língua de Acolhimento?
2. Qual é a relação entre o tipo de estudo e o uso de múltiplas nomenclaturas que não incluem Português como Língua de Acolhimento?
3. Qual é a diferença na nomenclatura mais frequentemente usada entre os estudos de caso e os estudos teóricos que não utilizam a nomenclatura Português como língua de acolhimento?
4. Qual é a relação entre o uso de mais de uma nomenclatura, incluindo o uso de Português como língua de acolhimento, e o tipo de estudo?

5. Resultados

Para responder as perguntas desenvolvidas para a análise exploratória e as perguntas desenvolvidas para a análise inferencial estabelecemos os seguintes objetivos:

5.1. Objetivos da análise exploratória

1. Identificar quantos artigos estão presentes em cada ano do período de 2010 a 2024 (ver Figura 1, Figura 2 e Figura 4).
2. Identificar o número de estudos teóricos e estudos de caso na amostra (ver Figura 3 e Figura 4).
3. Determinar quantos estudos utilizam mais de uma nomenclatura e quantos não utilizam (ver Figura 5 e Figura 6).
4. Quantificar quantos estudos utilizam o termo “Português como Língua de Acolhimento” e quantos não utilizam (ver Figura 7, Figura 8 e Figura 9).
5. Analisar, de 2010 a 2024, a distribuição de artigos que utilizam apenas a nomenclatura “Português como Língua de Acolhimento”, destacando os anos com maior ocorrência (ver Figura 10, Figura 11 e Figura 12).

5.2. Objetivos da análise inferencial

1. Comparar o número de estudos de caso e estudos teóricos que usam apenas a nomenclatura “Português como Língua de Acolhimento” (ver Figura 13).
2. Analisar a relação entre o tipo de estudo e o uso de múltiplas nomenclaturas que não incluem “Português como Língua de Acolhimento” (ver Figura 15 e Tabela 5).
3. Identificar os termos alternativos utilizados por estudos teóricos e de caso que não utilizam Português como Língua de Acolhimento (ver Tabela 2).
4. Verificar se existe associação entre o uso de múltiplas nomenclaturas, incluindo Português como Língua de Acolhimento, e o tipo de estudo (ver Figura 14 e Tabela 4).
5. Avaliar a associação entre as seguintes variáveis:
 - Uso correto da nomenclatura (PLAc) entre os diferentes tipos de estudo (ver Tabela 3).
 - Uso de múltiplas nomenclaturas entre os diferentes tipos de estudo (ver Tabela 4).
 - Uso de múltiplas nomenclaturas (sem o termo PLAc) entre os diferentes tipos de estudo (ver Tabela 5).
 - Uso correto da nomenclatura PLAc associado ao uso de múltiplas nomenclaturas (ver Tabela 6).

5.3. Gráficos da análise exploratória

A Figura 1 apresenta a quantidade de artigos considerados na amostra durante o período de estudo (2010 a 2024). As barras azuis indicam a frequência simples de publicações sobre o tema em cada ano. Nota-se a ausência de artigos nos anos de 2012 e 2014. Observa-se uma tendência de aumento no número de publicações ao longo dos anos, atingindo um pico em 2021, com 20 artigos, seguido pelo segundo maior valor em 2018, com 17 artigos. Após 2021, há uma redução gradual, com 11, 13 e 4 artigos publicados nos anos subsequentes, respectivamente. Esses dados indicam que as produções acadêmicas relacionadas aos estudos de Português como Língua de Acolhimento se concentraram principalmente nos anos recentes, entre 2018 e 2024.

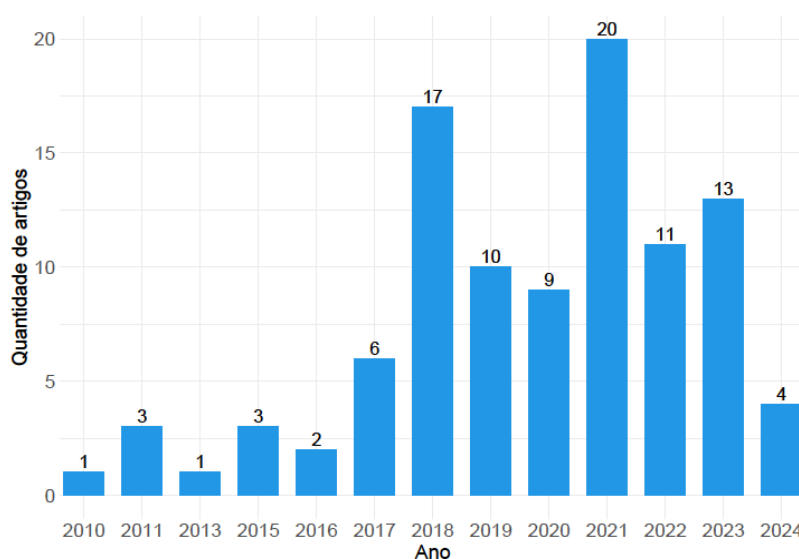


Figura 1: Quantidade de artigos publicados sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024.

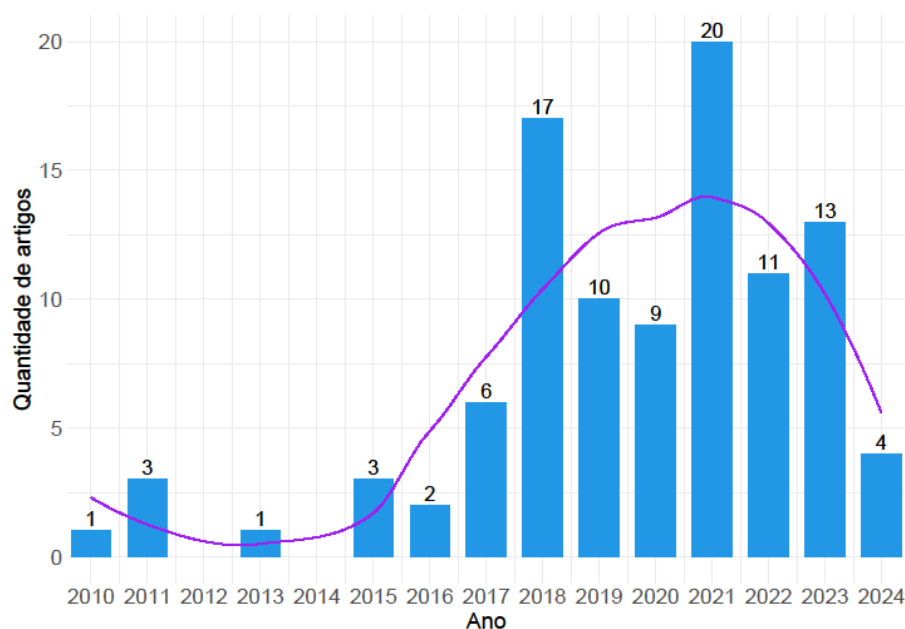


Figura 2: Quantidade e tendência de artigos publicados sobre os estudos de Português como língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024.

Observe na Figura 3 que metade dos artigos da amostra é do tipo estudo de caso e a outra metade de estudo teórico, isto é, 50 artigos de cada tipo compõem nossa amostra final de cem artigos considerados para este estudo.

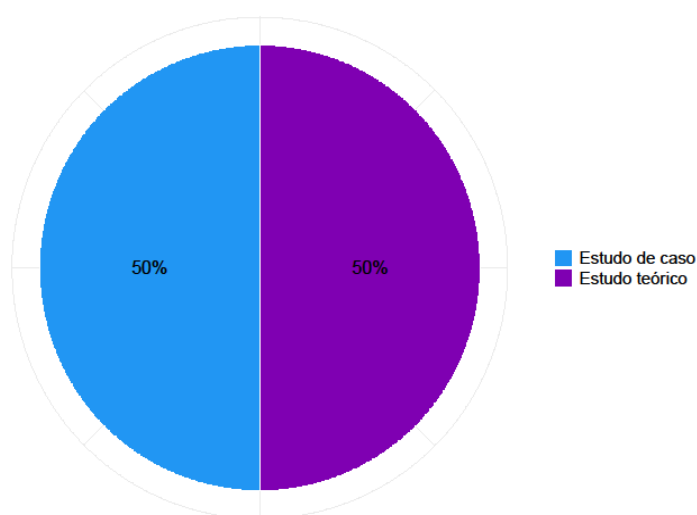


Figura 3: Percentual de artigos na amostra por tipo de estudo.

A Figura 4 também apresenta a quantidade de artigos da amostra ao longo do período de estudo (2010 a 2024), mas agora os consideramos categorizados por tipo de estudo. As barras azuis representam a frequência simples de artigos de estudo de caso publicados em cada ano, enquanto as barras roxas correspondem aos estudos teóricos. Na amostra

considerada, observa-se que em 2015 não foram registrados artigos teóricos publicados, enquanto os estudos de caso estiveram ausentes nos anos de 2010, 2013 e 2016. Em 2018, houve uma distribuição de 11 artigos teóricos e 6 de estudo de caso. Já no pico de produções, em 2021, dos 20 artigos publicados, 11 eram de estudo de caso e 9 eram teóricos. Por fim, até o momento coletado em 2024, ambos os tipos de estudo registraram 2 artigos cada.

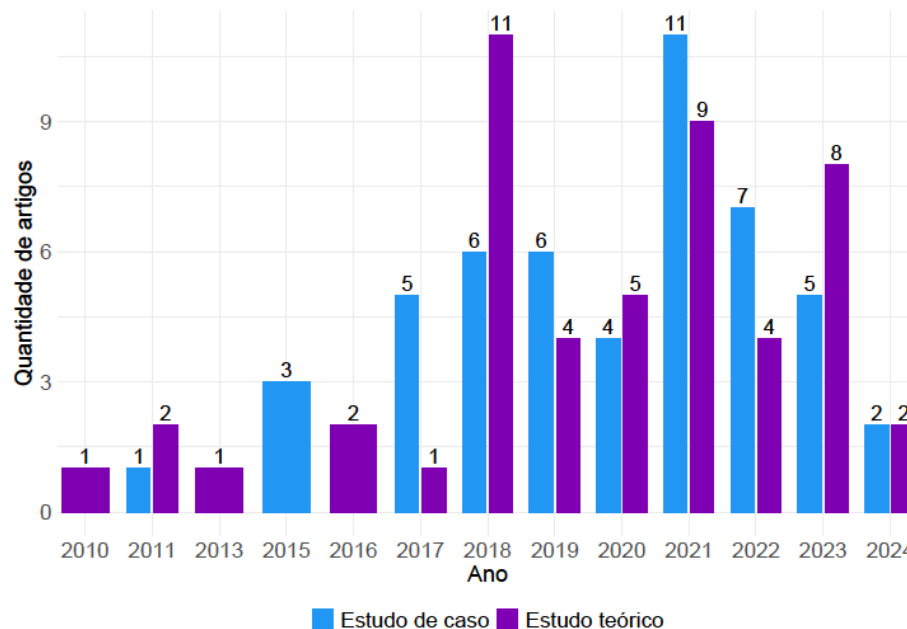


Figura 4: Quantidade de artigos publicados sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) entre 2010 e 2024 por tipo de estudo.

Na Figura 5, observamos que 64% dos artigos analisados não utilizam mais de uma nomenclatura ao longo do estudo, enquanto 36% utilizam duas ou mais nomenclaturas distintas. Para aprofundar a análise, foi derivada uma variável auxiliar que contabiliza a quantidade de nomenclaturas distintas utilizadas, identificando os quantitativos de 1, 2 e 3 nomenclaturas.

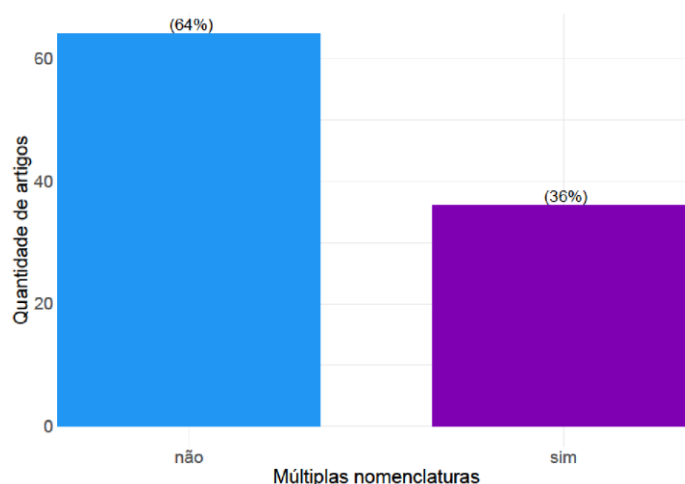


Figura 5: Quantidade de artigos por uso de múltiplas nomenclaturas.

Entre os 36% de artigos que utilizam mais de uma nomenclatura, 33% utilizam duas nomenclaturas, enquanto apenas 3% utilizam três, conforme ilustrado na Figura 6. É importante destacar que a análise se concentra apenas na presença ou ausência do uso de múltiplas nomenclaturas distintas. Contudo, o fato de um artigo ter utilizado apenas uma nomenclatura não implica necessariamente que essa nomenclatura tenha sido o termo PLAc, o que será explorado posteriormente.

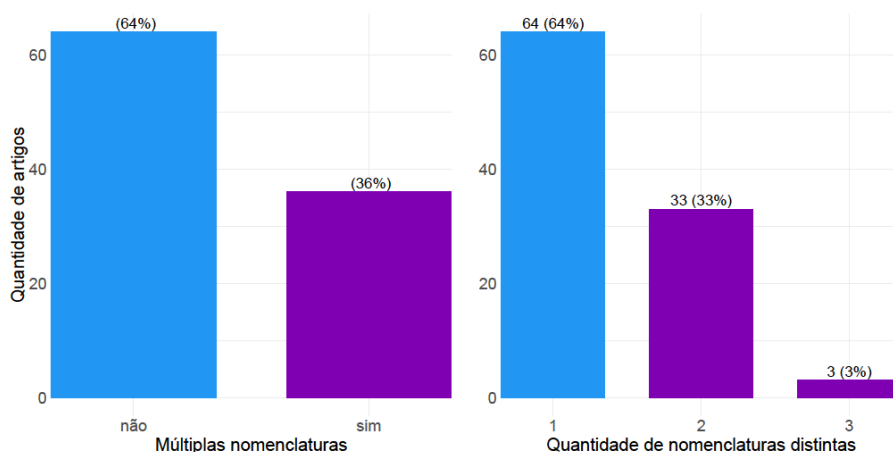


Figura 6: Quantidade de artigos por uso de múltiplas nomenclaturas e frequência de artigos pela quantidade de nomenclaturas distintas.

Além disso, criamos uma variável auxiliar para indicar se o artigo científico utilizou, em algum momento, o termo "Português como Língua de Acolhimento" (PLAc). Conforme apresentado na Figura 7, observa-se que 86% dos artigos mencionaram o termo PLAc pelo

menos uma vez, enquanto 14% não o utilizaram em nenhum momento, optando exclusivamente por outras nomenclaturas.

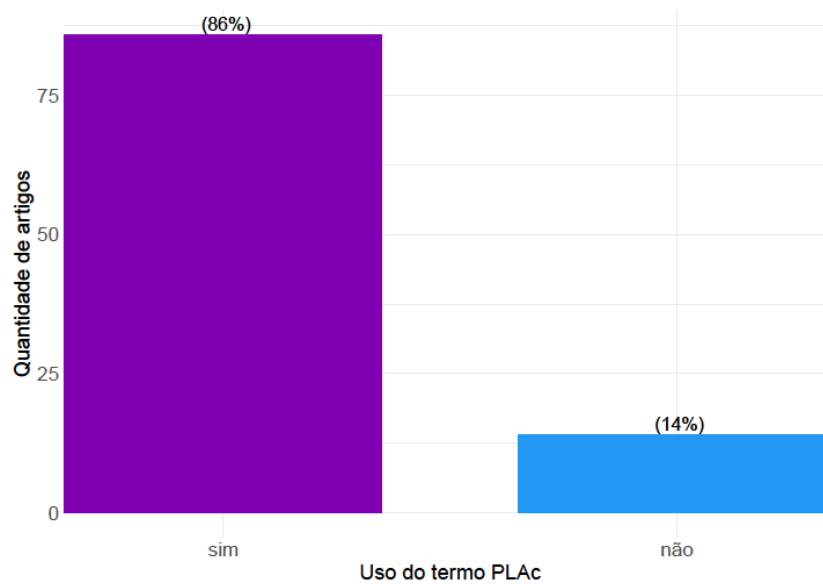


Figura 7: Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc.

Na Figura 8 apresentamos a distribuição total de artigos que utilizaram ou não a nomenclatura PLAc categorizados por tipo de estudo. Entre os 86 artigos que mencionaram o termo ao menos uma vez, 44 eram estudos de caso e 42 eram estudos teóricos, indicando um equilíbrio entre os grupos. Da mesma forma, entre os 14 artigos que não utilizaram a nomenclatura PLAc, 6 pertenciam à categoria de estudo de caso e 8 à de estudo teórico, também sem apresentar desbalanceamento entre os grupos.

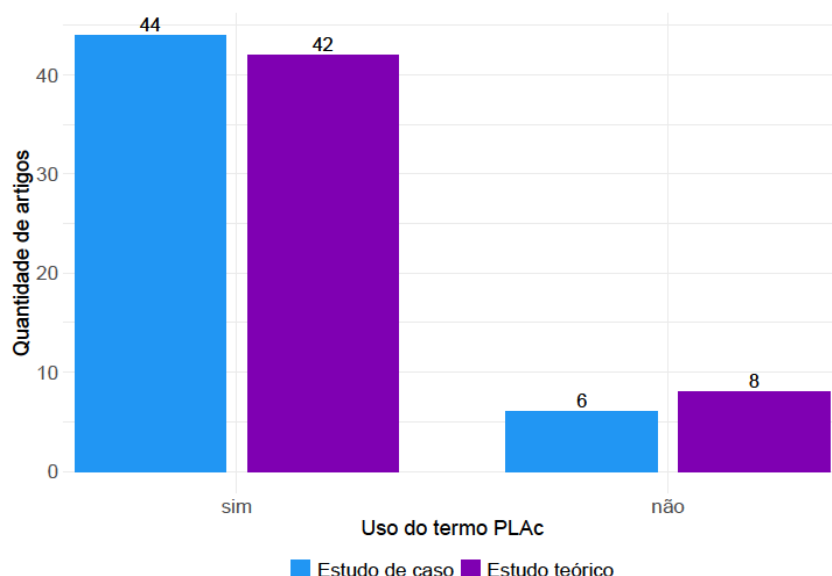


Figura 8: Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc por tipo de estudo.

Dando continuidade à análise sobre o uso da nomenclatura PLAc e a adoção de múltiplas nomenclaturas, a Figura 9 apresenta a distribuição total de artigos categorizados por esses critérios. Entre os 86 artigos que mencionaram o termo PLAc ao menos uma vez, 54 utilizaram exclusivamente essa nomenclatura, enquanto 32 fizeram uso de outras nomenclaturas, evidenciando um desequilíbrio entre os grupos. Por outro lado, entre os 14 artigos que não mencionaram PLAc em seus estudos, 10 utilizaram apenas uma nomenclatura, e 4 adotaram duas ou mais nomenclaturas distintas, nenhuma delas incluindo o termo PLAc. Esses dados reforçam a relevância de investigar a consistência terminológica nos estudos publicados.

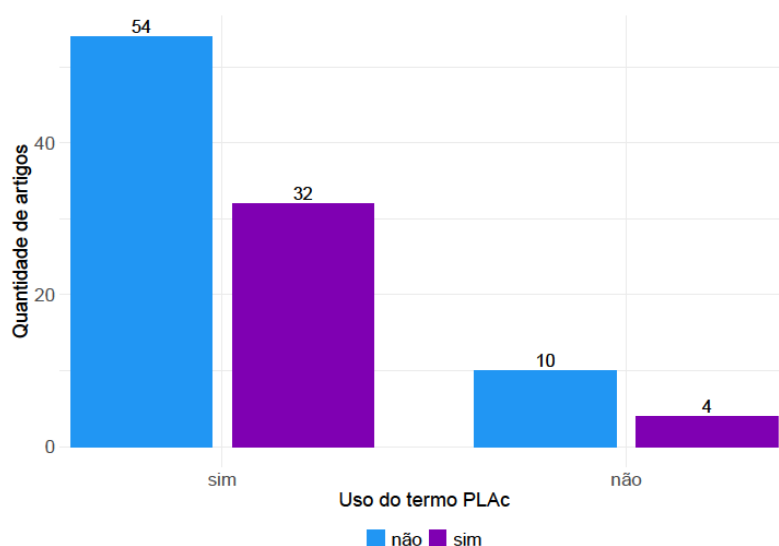


Figura 9: Quantidade de artigos que utilizaram a nomenclatura PLAc por uso de múltiplas nomenclaturas.

Na Figura 10, apresentamos uma análise similar à realizada na Figura 1, mas com foco exclusivo nos artigos que mencionaram pelo menos uma vez a nomenclatura PLAc em seus estudos. O gráfico exibe a quantidade desses artigos ao longo dos anos. Observa-se uma tendência de aumento no uso da nomenclatura PLAc ao longo do tempo, com um pico em 2021. Neste ano, dos 20 artigos publicados sobre o tema (Figura 1), a maioria deles (17 artigos) utilizou a nomenclatura PLAc em algum momento. Observe que os anos de 2011 e 2016 não estão inclusos desta vez.

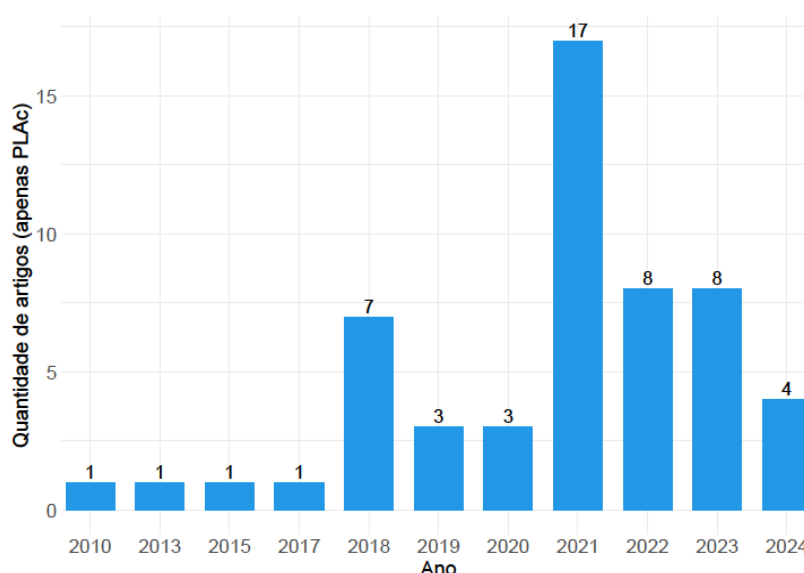


Figura 10: Quantidade de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024.

Do mesmo modo que analisamos na Figura 10, temos na Figura 11 a inclusão da curva de tendência evolutiva da quantidade de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024.

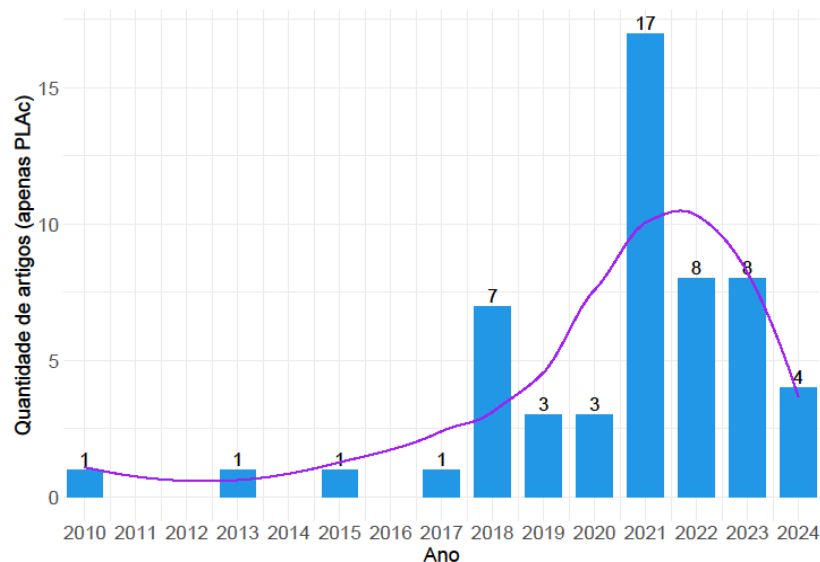


Figura 11: Quantidade e tendência de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024.

Por fim, na Figura 12, apresentamos a quantidade de artigos publicados entre 2010 e 2024 que utilizam apenas a nomenclatura PLAc, categorizados por tipo de estudo. Em 2018, dos 7 artigos publicados, 6 eram estudos teóricos, enquanto 1 era estudo de caso. Já em 2021, dos 17 artigos que utilizaram PLAc, 10 eram estudos de caso e 7 eram estudos teóricos.

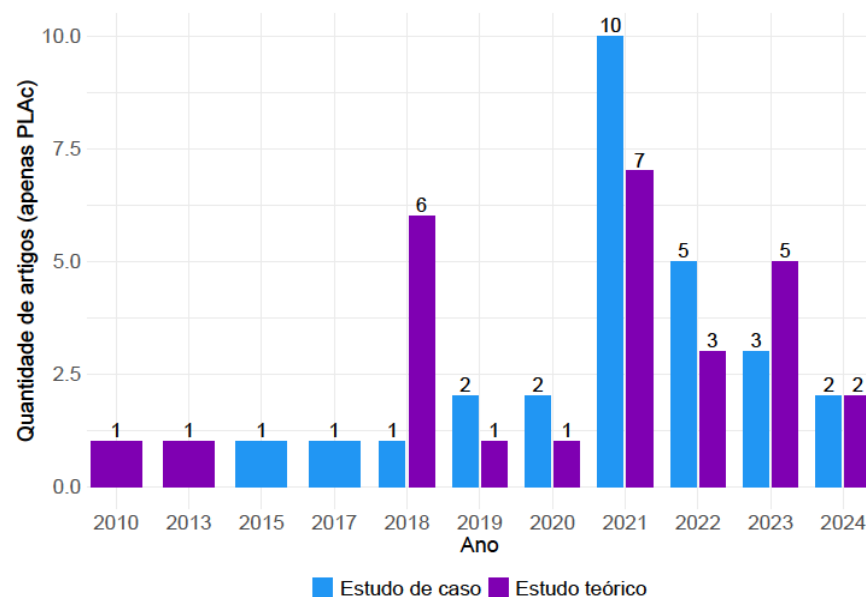


Figura 12: Quantidade de artigos publicados que utilizam a nomenclatura PLAc entre 2010 e 2024 por tipo de estudo.

Entre os artigos que utilizaram exclusivamente a nomenclatura PLAc (sem recorrer a múltiplas nomenclaturas), observamos 27 (50%) tanto para os estudos de caso e para os estudos teóricos conforme observado na Figura 13, indicando uma distribuição equilibrada entre os tipos de estudo.

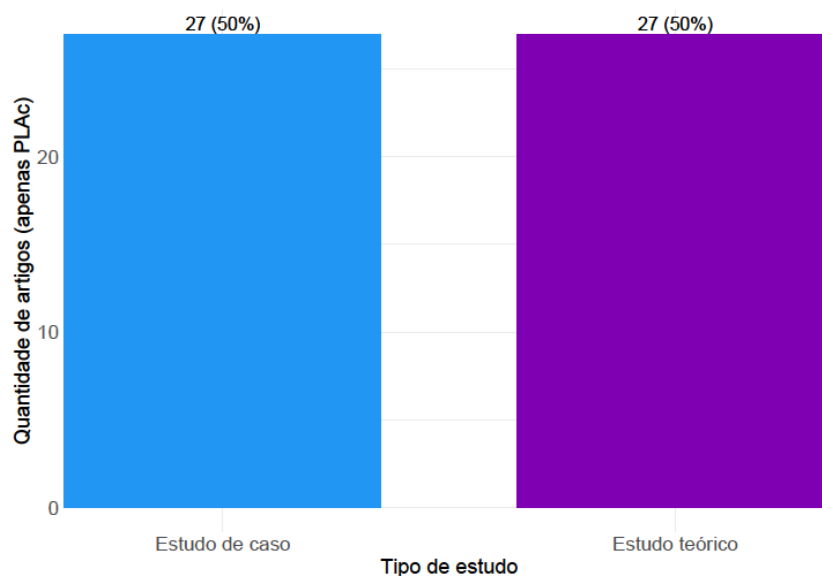


Figura 13: Quantidade de artigos que utilizam exclusivamente a nomenclatura PLAc por tipo de estudo.

A seguir, foi investigado o uso das nomenclaturas em artigos científicos sobre os estudos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Na Tabela 1 temos todos os termos utilizados nos artigos que compõe a amostra, divididos entre estudos teóricos e estudos de caso e suas respectivas frequências. Entre os termos mais frequentes, destaca-se PLAc, que foi empregado de forma isolada em 54% dos artigos, com distribuição equilibrada entre estudos teóricos (27) e de caso (27). Além disso, aparecem em menor proporção combinações que incluem o termo PLAc junto a expressões adicionais, como Português para refugiados ou Português para migrantes e refugiados. A análise demonstra que os estudos teóricos apresentam maior diversidade terminológica entre os que utilizaram o termo PLAc pelo menos uma vez, com 23 diferentes expressões sendo utilizadas, enquanto os estudos de caso mostram menor variação, utilizando 17 diferentes termos ou combinações. Alguns termos, como Português para refugiados, aparecem em ambos os tipos de estudo, com leve predominância nos estudos teóricos. Portanto, esses resultados evidenciam uma predominância do uso de Português como Língua de Acolhimento, mas também apontam para uma significativa variação terminológica entre os artigos.

Tabela 1: Distribuição de frequência dos termos utilizados nos 100 artigos analisados por tipo de estudo (Teóricos e Estudos de Caso).

Termos utilizado	Estudo de caso	Estudo teórico	Total (%)
Ensino de línguas com refugiados	0	1	1
Língua adicional	0	1	1
Língua Portuguesa do Brasil para estrangeiros, Português como Língua de acolhimento	0	1	1
Português	0	1	1
Português brasileiro como Língua de acolhimento, Português como Língua de acolhimento	1	0	1
Português como Língua adicional, Português para refugiados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento	27	27	54
Português como Língua de acolhimento, Português para imigrantes refugiados	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Português para imigrantes	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Português para os deslocados forçados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, ensino de língua para refugiado	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, língua adicional	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Língua adicional de integração,	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Língua estrangeira,	1	1	2
Português como Língua de acolhimento, Língua Portuguesa	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Português `a deslocados forçados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português como Língua adicional	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português como Língua estrangeira,	1	0	1
Português para refugiados			
Português como Língua de acolhimento, Português como Língua não-materna	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português como segunda Língua	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português em contexto de crise,	0	1	1
Português para deslocados forçados			
Português como Língua de acolhimento, Português para estrangeiros	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Português para estrangeiros,	1	0	1
Português para migrantes internacionais			
Português como Língua de acolhimento, Português para imigrantes deslocados forçados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português para imigrantes e refugiados	1	0	1
Português como Língua de acolhimento, Português para imigrantes e refugiados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português para migrantes de crise	1	1	2
Português como Língua de acolhimento, Português para migrantes e refugiados	2	0	2
Português como Língua de acolhimento, Português para o migrante/refugiados	0	1	1
Português como Língua de acolhimento, Português para refugiados	2	2	4
Português como Língua estrangeira	1	1	2
Português como segunda Língua, Português como Língua estrangeira	1	1	2
Português do Brasil, Português como Língua de acolhimento	1	0	1
Português Língua adicional	1	0	1
Português para haitianos refugiados.	1	0	1
Português para refugiados	1	2	3
Português para refugiados, Língua de acolhimento	1	0	1
Total	50	50	100

A Tabela 2 apresenta os termos utilizados nos artigos que, em nenhum momento, adotaram a nomenclatura PLAc, categorizados por tipo de estudo (Estudos de Caso e Estudos

Teóricos). No total, 14 artigos não utilizaram a nomenclatura PLAc, sendo 6 estudos de caso e 8 estudos teóricos. Entre os termos mencionados, destaca-se Português para refugiados, utilizado em 3 artigos (1 de caso e 2 teóricos). Outros termos, como Português como língua estrangeira e Português como segunda língua, Português como língua estrangeira, apareceram em dois artigos cada, com distribuição equilibrada entre os dois tipos de estudo. Os Estudos Teóricos apresentaram maior variedade terminológica (8 termos diferentes). Por outro lado, termos como Português para haitianos refugiados e Português língua adicional foram exclusivos dos Estudos de Caso.

Tabela 2: Termos utilizados nos Artigos que não adotaram a nomenclatura PLAc, por Tipo de Estudo (Teóricos e Estudos de Caso).

Termos dos Artigos sem a Nomenclatura PLAc	Estudo de caso	Estudo teórico	Total
Ensino de Línguas com refugiados	0	1	1
Língua adicional	0	1	1
Português	0	1	1
Português como Língua adicional, Português para refugiados	0	1	1
Português como Língua estrangeira	1	1	2
Português como segunda Língua, Português como Língua estrangeira	1	1	2
Português Língua adicional	1	0	1
Português para haitianos refugiados.	1	0	1
Português para refugiados	1	2	3
Português para refugiados, Língua de acolhimento	1	0	1
Total	6	8	14

Na Figura 14, observamos que 64 artigos não utilizam múltiplas nomenclaturas, sendo 31 deles estudos de caso e 35 estudos teóricos. Em relação aos artigos que utilizaram duas ou mais nomenclaturas, dos 36 artigos, 19 eram estudos de caso e 17 eram estudos teóricos. Isto é, a maioria dos artigos que utilizam múltiplas nomenclaturas são estudos de caso, enquanto a maioria dos artigos que utilizam apenas um termo são estudos teóricos.

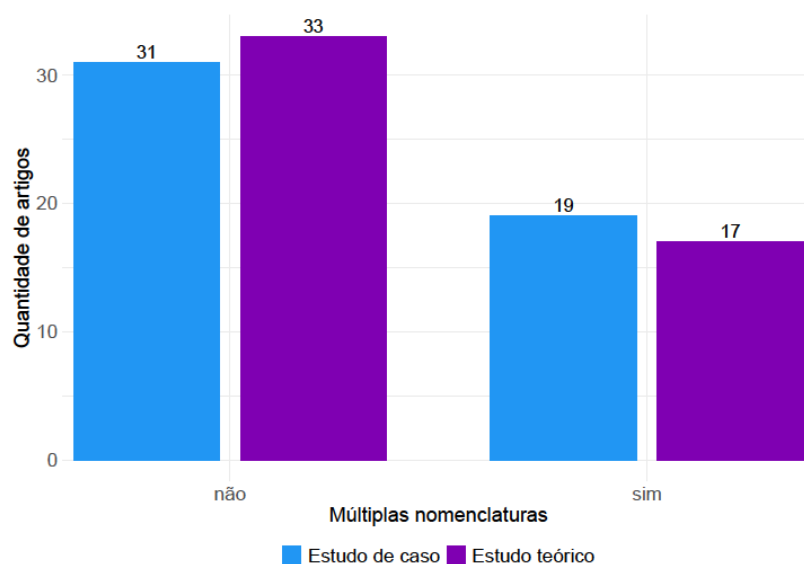


Figura 14: Quantidade de artigos por múltiplas nomenclaturas e tipo de estudo.

Conforme mostrado nos gráficos anteriores, 14 dos 100 artigos que compõem a amostra não utilizam a nomenclatura PLAc. Na Figura 15, observamos que, desses 14 artigos, 10 (4 estudos de caso e 6 estudos teóricos) utilizam apenas uma outra nomenclatura, enquanto 4 artigos (2 de cada tipo de estudo) fazem uso de dois ou mais termos.

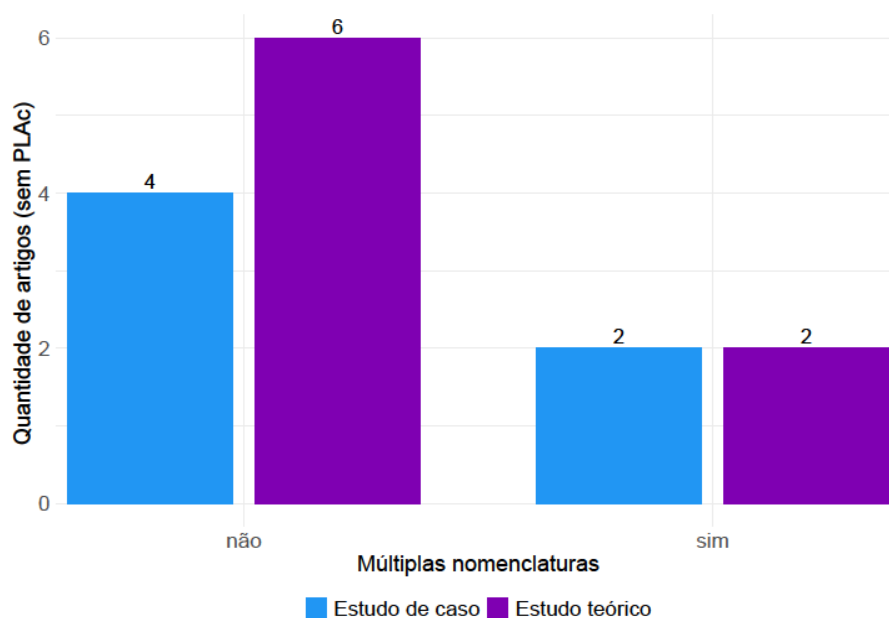


Figura 15: Quantidade de artigos que não utilizam a nomenclatura PLAc por tipo de estudo e uso de múltiplas nomenclaturas.

A seguir iremos conduzir alguns testes estatísticos inferenciais para investigar se há evidências estatísticas para algumas hipóteses de interesses.

5.4. Gráficos da análise inferencial

Os testes estatísticos foram realizados de acordo com os métodos descritos na Subseção 4.7. Para a avaliação da associação entre variáveis categóricas, aplicamos o teste qui-quadrado de independência ou, quando as suposições deste não foram atendidas, o Teste Exato de Fisher, garantindo maior precisão em amostras menores. Os resultados foram considerados estatisticamente significativos para valores de $p < 0,05$. Todas as análises foram conduzidas utilizando o software R [R Core Team, 2024].

A Tabela 3 apresenta a distribuição do uso da nomenclatura PLAc entre os dois tipos de estudo analisados: Caso e Teórico. Essas informações também estão ilustradas na Figura 8. Os valores entre parênteses representam as frequências esperadas, calculadas com base na hipótese de não associação entre o tipo de estudo e o uso da nomenclatura. O teste qui-quadrado aplicado indicou um valor de $\chi^2 = 0,0830$ com 1 grau de liberdade, resultando em um p -valor de 0,7732. Como o p -valor é muito maior que o nível de significância convencional ($p < 0,05$), não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula. Isso sugere que não há associação significativa entre o tipo de estudo e o uso da nomenclatura PLAc.

Tabela 3: Distribuição do uso correto da nomenclatura PLAc entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o teste qui-quadrado.

Tipo de estudo	Usou PLAc		Total	Teste qui-quadrado		
	Não	Sim		χ^2	Grau de liberdade	p-valor
Caso	6 (7)	44 (43)	50	0.0830	1	0.7732
Teórico	8 (7)	42 (43)	50			
Total	14	86	100			

A Tabela 4 apresenta a distribuição do uso de múltiplas nomenclaturas entre dois tipos de estudo: Caso e Teórico. Os valores entre parênteses representam as frequências esperadas, calculadas com base na hipótese de não associação entre o tipo de estudo e o uso de múltiplas nomenclaturas. O teste qui-quadrado aplicado resultou em um valor de $\chi^2 = 0,0434$ com 1 grau de liberdade, gerando um p -valor de 0,8352. Como o p -valor é muito maior que o nível de significância usual ($p < 0,05$), não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula.

Esse resultado indica que não há associação estatisticamente significativa entre o tipo de estudo e o uso de múltiplas nomenclaturas, ver representação gráfica na Figura 14.

Tabela 4: Distribuição do uso de múltiplas nomenclaturas entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o teste qui-quadrado.

Tipo de estudo	Múltiplas nomenclaturas				Total	Teste qui-quadrado		
	Não		Sim			χ^2	Grau de liberdade	p-valor
Caso	31	(32)	19	(18)	50	0.0434	1	0.8352
Teórico	33	(32)	17	(18)	50			
Total	64		36		100			

A Tabela 5 apresenta a distribuição do uso de múltiplas nomenclaturas (sem o termo PLAc) entre dois tipos de estudo: Caso e Teórico (ver Figura 15). Os dados foram analisados utilizando o Teste Exato de Fisher, que gerou um valor de Odds Ratio de 0,6865, com um p -valor de 1,00. Como o p -valor igual a 1,00, não há evidências suficientes para sugerir uma associação estatisticamente significativa entre o tipo de estudo e o uso de múltiplas nomenclaturas sem o termo PLAc.

Tabela 5: Distribuição do uso de Múltiplas nomenclaturas (sem o termo PLAc) entre os diferentes tipos de estudo (Caso e Teórico), com o Teste Exato de Fisher.

Tipo de estudo	Múltiplas nomenclaturas (Sem PLAc)		Total	Teste Exato de Fisher	
	Não	Sim		Odds Ratio	p-valor
Caso	4	2	6	0.6865	1.00
Teórico	6	2	8		
Total	10	4	100		

A Tabela 6 apresenta a distribuição do uso da nomenclatura PLAc em relação ao uso de múltiplas nomenclaturas, (ver Figura 9). Os valores entre parênteses indicam as frequências esperadas, calculadas com base na hipótese de não associação entre o uso da nomenclatura PLAc e o uso de múltiplas nomenclaturas. O teste qui-quadrado resultou em um valor de $\chi^2 = 0,3899$ com 1 grau de liberdade, gerando um p -valor de 0,9833. Como o p -valor

é significativamente maior que o nível de significância usual ($p < 0,05$), não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula. Assim, conclui-se que não há associação estatisticamente significativa entre o uso da nomenclatura PLAc e o uso de múltiplas nomenclaturas.

Tabela 6: Distribuição do uso da nomenclatura PLAc entre ter múltiplas nomenclaturas, com o teste qui-quadrado.

Usou PLAc	Múltiplas nomenclaturas		Total	Teste qui-quadrado		
	Não	Sim		χ^2	Grau de liberdade	p-valor
Sim	10 (8.96)	4 (5.04)	14	0.3899	1	0.9833
Não	54 (55.0)	32 (30.96)	86			
Total	64	36	100			

Os testes estatísticos aplicados demonstraram que, nas análises realizadas, não houve evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula de não associação entre as variáveis estudadas. Os resultados dos testes qui-quadrado e Exato de Fisher indicaram que, tanto para o uso da nomenclatura PLAc quanto para o uso de múltiplas nomenclaturas com e sem o termo PLAc, não há uma associação significativa com o tipo de estudo. Embora essas análises não tenham encontrado associações estatisticamente significativas, elas fornecem informações importantes sobre a distribuição das nomenclaturas e destacam a necessidade de continuar investigando fatores que possam influenciar o uso dessas terminologias, abrindo espaço para novas questões de pesquisa, especialmente em relação a aspectos contextuais que podem influenciar as escolhas terminológicas nos estudos.

6. Discussão

Embora o termo PLAc tenha se consolidado como objeto de interesse em revistas científicas, eventos acadêmicos e linhas de pesquisa, sua adoção não é universal. O levantamento dos artigos mostra que vários trabalhos brasileiros com foco evidente em contextos de acolhimento linguístico em língua portuguesa utilizam outras nomenclaturas, como "português para refugiados", "português como língua estrangeira" ou "português para deslocados forçados". Esse dado, longe de representar uma falha ou desvio metodológico, apenas evidencia que o campo do PLAc ainda está em processo de consolidação terminológica e potencialmente conceitual. Obras de referência como as de Grosso (2010), Anã (2008) e Cabete (2010), por exemplo, contribuem para a caracterização do PLAc a partir de diferentes perspectivas, mas não estabelecem uma definição única ou consensual. A evolução terminológica é ilustrada, também, por estudiosos como Bizon e Camargo (2018), que advogam pelo uso do termo “acolhimento em línguas”. Eles argumentam que a expressão “língua de acolhimento” carrega uma perspectiva etnocêntrica, ao sugerir que o português é a língua mais importante nesse processo. Em vez disso, propõem um deslocamento conceitual que considera as alteridades linguístico-culturais dos sujeitos em deslocamento como recursos legítimos e enriquecedores para uma aprendizagem inter e transcultural (Da Silva, 2024, p.25). A crítica, sem dúvida, contribui para ampliar a compreensão sobre os efeitos discursivos da terminologia empregada no campo. No entanto, a proposição de um novo termo, em um momento em que o emprego de PLAc ainda não é consistente, levanta questões sobre dispersão terminológica. Essa tensão revela, por fim, a complexidade própria de um campo em formação, no qual diferentes perspectivas coexistem e interpelam mutuamente os sentidos atribuídos ao acolhimento linguístico. Tal multiplicidade terminológica, portanto, deve ser compreendida como reflexo das diversas abordagens e realidades que atravessam o campo — e não como um problema a ser resolvido.

Os testes estatísticos aplicados nesta pesquisa não identificaram associação significativa entre tipo de estudo e uso da nomenclatura PLAc, tampouco entre tipo de estudo e uso de múltiplas terminologias. Esses dados reforçam a ideia de que as escolhas terminológicas não decorrem de critérios epistemológicos rígidos, mas sim de fatores contextuais, como a realidade institucional, o público atendido ou as condições de implementação dos projetos. Assim, a padronização terminológica não deve ser interpretada como busca por uniformização normativa, mas como esforço por inteligibilidade mútua entre pesquisadores e praticantes, respeitando-se as especificidades locais.

A discussão sobre a adoção (ou não) da nomenclatura PLAc ganha densidade quando confrontada com os contextos de atuação observados. De modo particular, é possível afirmar que uma parte significativa das práticas de ensino voltadas ao acolhimento linguístico no Brasil ocorre no âmbito de iniciativas da sociedade civil, como ONGs, organizações religiosas e projetos sociais. Essas ações, frequentemente conduzidas fora das políticas públicas sistematizadas, coexistem com experiências formalizadas em instituições públicas de ensino, compondo um cenário plural de atuação. Embora esta pesquisa não tenha realizado um mapeamento sistemático dessas iniciativas, os dados de estudos anteriores (Amado, 2013; Cotinguiba et al., 2019; Lopez, 2016) indicam que esse protagonismo da sociedade civil foi, na última década, um elemento marcante na implementação do ensino de PLAc em diversos territórios.

Essa descentralização também se manifesta na multiplicidade de públicos atendidos, que envolvem imigrantes, apátridas, refugiados, deslocados forçados, entre outros grupos. As especificidades sociopolíticas desses sujeitos desafiam classificações rígidas, especialmente considerando os fluxos migratórios contemporâneos e as ambiguidades nos critérios de voluntariedade e compulsoriedade do deslocamento. Como apontam Bulegon e Soares (2019), a condição de vulnerabilidade atravessa todos esses perfis, tornando essencial o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem em conta as experiências vividas por esses aprendizes — muitas vezes marcadas por traumas, instabilidade e insegurança.

A presença dessas múltiplas designações jurídicas e pedagógicas, ainda que potencialmente confusa do ponto de vista terminológico, evidencia a complexidade do ensino de português como língua acolhimento. Nesse sentido, a adesão de uma nomenclatura única — como PLAc — pode contribuir para a consolidação do campo, favorecendo sua disseminação, visibilidade acadêmica e articulação institucional e extra institucional. No entanto, é necessário reconhecer que tal padronização terminológica só será efetiva se construída a partir das práticas existentes e sensíveis à diversidade dos públicos envolvidos. A escolha de um termo em detrimento de outro carrega também uma dimensão política, relacionada ao reconhecimento ou apagamento de sujeitos e contextos. Assim, o uso da nomenclatura PLAc deve ser compreendido não como imposição unificadora, mas como possibilidade de articulação entre diferentes experiências e saberes que compartilham o horizonte comum do acolhimento linguístico.

Diante disso, a padronização terminológica, quando proposta, não deve ignorar as realidades locais nem deslegitimar práticas já existentes. Ao contrário, deve emergir de um processo dialógico entre teoria e práxis, contribuindo para a formação de um campo mais articulado e acessível, sem apagar sua diversidade constitutiva. O reconhecimento da pluralidade terminológica — inclusive como condição histórica de desenvolvimento do PLAc — permite visibilizar os limites e as possibilidades de articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e experiências concretas de ensino.

Em síntese, os resultados desta pesquisa não apenas delineiam um panorama quantitativo da produção acadêmica sobre PLAc no período de 2010 a 2024, mas também permitem refletir sobre suas tensões internas e sobre a necessidade de aprofundar o diálogo entre teoria e prática. Investigações futuras podem explorar mais detalhadamente os sentidos atribuídos às diferentes nomenclaturas, as formas como elas circulam entre os agentes envolvidos e os impactos que produzem nos processos de ensino-aprendizagem e de integração social dos deslocados forçados. Tal aprofundamento não visa à padronização pela padronização, mas à construção de sentidos comuns que possibilitem o reconhecimento mútuo de saberes e práticas entre contextos distintos — contribuindo assim para o fortalecimento do PLAc como campo de estudo, atuação e transformação social.

7. Conclusão

Através dessa análise, é possível delinear um panorama das pesquisas brasileiras sobre PLAc, seu tratamento na atualidade e as possíveis lacunas de pesquisa que podem ser investigadas futuramente. A contínua investigação e adaptação são cruciais para avançar na integração linguística e cultural dos deslocados forçados, garantindo que a teoria se transforme em prática eficaz e inclusiva. Nesta seção, apresentam-se conclusões que respondem às perguntas de pesquisa e oferecem subsídios para futuras agendas investigativas.

A análise dos dados exploratórios e inferenciais revela diversos *insights* sobre a produção acadêmica relacionada ao Português como Língua de Acolhimento (PLAc) no Brasil entre 2010 e 2024. A quantidade de artigos publicados ao longo dos anos mostra uma tendência de crescimento, com picos significativos em 2018 e 2021. Esse aumento pode estar relacionado ao crescimento da população deslocada forçada no Brasil, e à consequente necessidade de estudos e práticas pedagógicas que os integrem. A queda após 2021 pode sugerir uma possível estabilidade, mudança nas prioridades de pesquisa ou outro motivo a ser investigado.

Os dados indicam uma divisão equilibrada entre estudos teóricos e estudos de caso, cada um representando 50% da amostra. Isso sugere que a comunidade acadêmica pode ter um interesse equilibrado tanto em desenvolver teorias quanto em aplicar e investigar teorias na prática. A análise mostra que 64% dos artigos utilizam apenas uma nomenclatura, enquanto 36% utilizam múltiplas. Entre esses, a maioria utiliza duas nomenclaturas. Esse resultado aponta para uma falta de padronização terminológica no campo, o que pode causar dificuldade na comparabilidade entre estudos.

Além disso, 86% dos artigos mencionam o termo PLAc pelo menos uma vez, indicando uma ampla aceitação e uso dessa nomenclatura. No entanto, os 14% que não utilizam o termo podem indicar um desconhecimento da nomenclatura PLAc, sugerindo a necessidade de maior discussão, promoção e investigação sobre esta área de investigação. A distribuição temporal mostra que o uso de PLAc tem aumentado ao longo dos anos, atingindo um pico em 2021. Isso coincide com o pico geral de publicações, sugerindo que a terminologia tem sido cada vez mais aceita e utilizada. A redução nos anos subsequentes pode indicar uma saturação ou mudanças na abordagem dos estudos.

Os testes estatísticos aplicados demonstraram que não houve evidências suficientes para rejeitar a hipótese de não associação entre as variáveis estudadas. Tanto o teste qui-quadrado quanto o Teste Exato de Fisher indicaram que não há uma associação significativa entre o tipo de estudo e o uso da nomenclatura PLAc, o uso de múltiplas nomenclaturas ou o uso de múltiplas nomenclaturas sem o termo PLAc. Embora essas análises não tenham encontrado associações estatisticamente significativas, elas fornecem informações pertinentes sobre a distribuição das nomenclaturas e destacam a necessidade de continuar investigando fatores que possam influenciar o uso dessas terminologias. O resultado indica que a escolha de nomenclaturas não é fortemente influenciada pelo tipo de estudo, sugerindo que outros fatores contextuais, não capturados por esta análise, podem estar influenciando a escolha terminológica nos estudos de PLAc.

Esses resultados corroboram a hipótese de uma lacuna significativa entre a produção científica e a prática docente em PLAc, fundamentada por trabalhos (Balzan et al., 2023; Cursino, 2020; Bulegon & Soares, 2019; Sene, 2017; Cabete, 2010). Embora não se observe uma associação estatisticamente significativa entre o tipo de estudo e o uso da nomenclatura PLAc, é perceptível uma fragilidade no diálogo entre teoria e prática, especialmente no que se refere à adoção de terminologias formais. A coexistência de múltiplas denominações para práticas semelhantes sugere que, em muitos contextos, os docentes desenvolvem estratégias ao ensino de PLAc, mas sem necessariamente reconhecê-las — ou nomeá-las — a partir dos marcos conceituais estabelecidos na literatura especializada. Essa assimetria não deve ser interpretada como deficiência profissional, mas como indicativo da necessidade de maior circulação e apropriação dos conhecimentos produzidos.

Portanto, é essencial que novas pesquisas continuem a explorar esses aspectos, de modo a compreender não apenas os fatores que influenciam o uso das terminologias, mas também como as práticas pedagógicas moldam e desafiam as categorizações teóricas existentes no campo do PLAc. A investigação contínua sobre a padronização terminológica não deve buscar homogeneizar as experiências docentes, mas sim promover maior inteligibilidade, diálogo e articulação entre diferentes contextos. Tal movimento contribui para fortalecer a coesão e a comparabilidade dos estudos, sem desconsiderar as especificidades da práxis, ampliando o alcance e a legitimidade da área diante dos desafios da integração linguística e cultural dos deslocados forçados na sociedade brasileira. As lacunas identificadas sinalizam a necessidade de investigações futuras que aprofundem o entendimento sobre como diferentes contextos influenciam o uso das nomenclaturas e das

abordagens metodológicas adotadas. Compreender essas dinâmicas é essencial para consolidar o PLAc como um campo de estudo legitimado e responsivo às realidades docentes. A continuidade da pesquisa, nesse sentido, deixa de ser um fim em si para se tornar um instrumento de articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e experiências pedagógicas, contribuindo para uma integração linguística e cultural contextualizada para os deslocados forçados no Brasil.

Referências:

ACNUR. *Diagnósticos participativos de 2023*. Brasília: ACNUR, 2023. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/sites/br/files/legacy-pdf/Diagnosticos-Participativos-2023-.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2024.

ACNUR. *Refúgio em números 2023*. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 02 out. 2024.

ADAMI, H. *La dormation linguistic des migrants*. Paris: CLE International, 2009.

AGRESTI, Alan. *Categorical data analysis*. Volume 792. John Wiley & Sons, 2012.

ALBUQUERQUE, Rodrigo; SILVA, Ana Quésia de Sousa. O processamento de pistas de contextualização por estudantes haitianos no contexto de ensino do português brasileiro como língua de acolhimento. *Revista Diacrítica*, vol. 32, n.º 1, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5023>>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas: desenvolvendo competências*. Campinas: Pontes Editores, 1993.

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Brasília, Ed. 7, v. 4, n. 2, 2013.

ANÇÃ, M. H. À volta da língua de acolhimento. In: *Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística*, ESE/IPS, Setúbal, 2005.

ANÇA, Maria Helena Ferreira. *Língua portuguesa em novos públicos*. Saber (e) Educar, Porto: ESE de Paula Frassinetti, n. 13, 2008, p. 71-87.

ARANDA, J.; EL MADKOURI, M. *Lengua de acogida*. Editorial XYZ, 2005.

AUGER, N. *Les élèves nouvellement arrivés en France: réalités et perspectives práticas en classe*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2010.

BALZAN, Carina Fior Postingher et al. Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica. *Gragoatá* [online]. 2023, v. 28, n. 60 [Acessado 2 out. 2024], e53123. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53123.pt>>. Epub 12 dez. 2022. ISSN 2358-4114. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53123.pt>.

BARCELOS, A. M. F. Metassíntese qualitativa sobre os estudos de crenças, emoções e identidade (2009-2015). *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 16, n. 2, p. 345-367, 2016.

BIZON, A.C.C.; CAMARGO, H.R.E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER, R; et al. (Orgs). *Migrações Sul-Sul*. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, Unicamp, 2018.P. 712-726.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education*. Boston: Allyn and Bacon, Inc., 1982.

BRASIL. *Parecer CNE/CES n. 492, de 03 abril de 2001: aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jul. 2001. Seção 1e, p. 50.

BULEGON, M.; SOARES, L. F. Impactos sociais dos novos fluxos migratórios e políticas linguísticas no Brasil: o ensino de português como língua de acolhimento (PLAc). *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 23, n. 3, p. 638–655, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12685>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BULEGON, Mariana; SOARES, Laura Fontana. Impactos sociais dos novos fluxos migratórios e políticas linguísticas no Brasil: o ensino de português como língua de acolhimento (PLAc). *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2967751440>>. Acesso em: 20 out. 2024.

BULLA, Gabriela S.; KUHN, Tanara Z. ReVEL na Escola: Português como Língua Adicional no Brasil - perfis e contextos implicados. *ReVEL*, v. 18, n. 35, 2020.

BURITICÁ, M. Juventude migrante. In: PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. M. (orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

CABETE, M. A. C. S. S. *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/4090>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

CANDIDE, P. *Langue d'accueil*. Paris: Editions ABC, 2001.

CAVALCANTI, Leonardo; BOTEAGA, Tufla; TONHATI, Tânia; ARAÚJO, Dina (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

CAVALCANTI, M. C. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L. P. da. *Linguística aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 211-226.

CESTARI, Mariana Jafet; GRILLO, Angela Teodoro. O ensino de língua portuguesa para imigrantes e refugiados como política pública. *Revista SIPLE*, ed. especial, n. 2, p. 19, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1G9ii3mbOjZp8bJ2h9pxnrbyIuJN4_OB/view>. Acesso em: 20 out. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CLARO, L. Refugiado ambiental. In: PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. M. (orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

CONOVER, William Jay. *Practical nonparametric statistics*. Volume 350. John Wiley & Sons, 1999.

COOPER, Harris. *Research synthesis and meta-analysis: a step-by-step approach*. 5. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2017.

CORTEZ, Dayane et al. Programa de ensino-aprendizagem de português como língua de acolhimento: construindo um projeto de extensão integrador. *Anais do Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos*, v. 3, 2019.

COSTA, L.; SILVA, M. Integração linguística e cultural de migrantes. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 45, n. 2, p. 123-145, 2018.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; SILVA, Mirla Cristina dos Santos; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Mapeamento e perspectivas teórico-metodológicas dos cursos de português para imigrantes e refugiados no Brasil a partir de 2010. *Culturas e Fronteiras*, v. 1, n. 001, 2019.

CURSINO, M. Passarela: *Português como Língua de Acolhimento para Refugiados*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DA SILVA, M. V. Por uma outra terminologia teórica do português como língua de acolhimento no Brasil. *Revista Diálogos*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1–30, 2023. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/14500>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DE ANGELIS, G. *Third or additional language acquisition*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DINIZ, I.; CRUZ, J. Elaboração de material didático para o ensino de português como língua de acolhimento: parâmetros e perspectivas. *The Specialist*, v. 39, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2318-7115>>

DÖRNYEI, Z. *Research methods in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FERREIRA, Luciene Corrêa, et al, organizadores. *Língua de acolhimento: experiências no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2019.

FINLAYSON, Kenneth; DIXON, Annie. Qualitative meta-synthesis: a guide for the novice. *Nurse Researcher*, London, v. 15, n. 2, p. 59-71, 2008.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREITAS, M. da S. *Daquilo que sabemos: pesquisa metateórica sobre abordagem de ensino de línguas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FREITAS, M. da S. *Metapesquisa em ensino e aprendizagem de línguas: um estudo modelar com foco em interação*. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

GOLDSCHNEIDER, J.M.; DEKEYSER, R.M. Explaining the "natural order of L2 morpheme acquisition" in English: a meta-analysis of multiple determinants. *Language Learning*, v. 51, n. 1, p. 1-50, 2001.

GOMES, Camilla Ortega Flores; CATÔNIO, Ângela Cristina Dias do Rego. Acolhimento, integração e empoderamento a migrantes por meio do ensino da Língua Portuguesa / Welcoming, integrating and empowering migrants through Portuguese Language education. *Revista Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28546>>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de acolhimento, língua de integração. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2010.

HANNES, K.; LOCKWOOD, C. (Ed.). *Synthesizing qualitative research: choosing the right approach*. 1. ed. Chichester: BMJ Books, 2012.

HEUFEMANN-BARRÍA, E. O.; TEIXEIRA, W. B. Ações (gloto)políticas em prol do ensino de espanhol no Amazonas: um olhar especial sobre a formação de professores. *PARFOR: realidade e desafios para a formação de professores pela Universidade Federal do Amazonas, Amazonas*, v. 27, n. 47, 2020.

KFouri-Kaneoya, Marta Lúcia. O papel do professor de línguas como um agente interculturalista e humanizador em um contexto de ensino de português língua estrangeira: implicações para a formação docente. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, Universidade de Brasília, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/1381>>. Acesso em: 20 out. 2024.

KOIFMAN, L. Expatriado. In: PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. M. (orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

LIPSEY, Mark W.; WILSON, David B. *Practical meta-analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

LOPEZ, A. P. de A. *Subsídios para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil*. 2016. 261fl. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOPEZ, Ana. Paula A.. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação? *Revista X*, v.13, n.1, p. 9-34, 2018.

LUSSI, C. Vulnerabilidade. In: PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. M. (orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso De. *Noções de probabilidade e estatística*. Volume 5. São Paulo: Edusp, 2002.

MASGORET, A.M.; GARDNER, R.C. Attitudes, motivation, and second language learning: a meta-analysis. *Language Learning*, v. 53, n. 1, p. 167-210, 2003.

MONTEIRO, E. Amazonas: um laboratório linguístico. In: *Ciência para todos: revista de divulgação científica do INPA*, Manaus, n. 5, 2010.

MORAES, Kelly Karoline Ferreira de; ISOTTON, Ângela; SILVA, Dayane Cristine; SILVA, Vivianne Peixoto da. Ensino da língua portuguesa para migrantes internacionais: primeiro passo para o alcance dos direitos humanos. *Revista Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2863/2099>>. Acesso em: 20 out. 2024.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. *Estatística básica*. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, São Paulo, 2010.

MORO, Marcos. *Português como Língua de Acolhimento: contextos e práticas*. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

NEVES, Cynthia Agra de Brito; BUNZEN Júnior, Clecio dos Santos. Letramentos literários na contemporaneidade: criticidade e subversão. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 608-611, 2021.

NORRIS, J. M.; ORTEGA, L. (editors). *Synthesizing research on language learning and teaching*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006.

NORRIS, J.; ORTEGA, L. Effectiveness of L2 instruction: a research synthesis and quantitative meta-analysis. *Language Learning*, v. 50, p. 417-528, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria. Processamento da informação num contexto migratório de integração. In: GROSSO, Maria José; ANÇÃ, Maria Helena. *Educação em Português e Migrações*, Lisboa, Lidel, 2010.

ONU. Comissão de Direitos Humanos. *Princípios norteadores sobre deslocamento interno*. 1998. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

ONU. *Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas*, 1954. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Relatório sobre políticas governamentais na área da migração*. Dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.iom.int>>. Acesso em: 02 out. 2024.

PAIVA, V. L. M. de O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

PAIVA, V. L. M. O. O novo perfil dos cursos de licenciatura em Letras. In: TOMICH, A. (org). et al. *A interculturalidade no ensino de inglês*. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 345-363.

PATERSON, B. L. “It looks great but how do I know if it fits?”: an introduction to meta-synthesis research. In: HANNES, K.; LOCKWOOD, C. (Ed.). *Synthesizing qualitative research: choosing the right approach*. Chichester: BMJ Books, 2011. p. 1-20.

PEREIRA, Ana. Feedback corretivo na aquisição de línguas: uma meta-análise. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 67-89, 2021.

R CORE TEAM. R: *A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2024. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RAJPUT, S. Host language acquisition. *Journal of Language Learning*, v. 10, n. 3, p. 89-102, 2012.

RICHARDS, J. C.; SCHMIDT, R. *Longman dictionary of language teaching and applied linguistics*. Londres: Routledge, 2013.

RIZENTAL, Sabrina Sant'Anna. “PASSAR A VISÃO”: reflexões sobre acolhimento pelo ensino do português do Brasil a refugiados. *Revista X UFP*, v. 14, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/65952>>. Acesso em: 20 out. 2024.

ROSS, J.A. The antecedents and consequences of teacher efficacy. In: BROPHY, J. (Ed.). *Advances in research on teaching*. Greenwich: JAI Press, 1998. p. 49-74.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, et al. (Org.). *Migrações sul-sul*, Campinas, 2. ed., v. 1, 2018.

SANTOS, Carla; OLIVEIRA, Pedro. Motivação em contextos de aprendizagem de línguas: uma revisão sistemática. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 30, n. 3, p. 201-223, 2022.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. *Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SAVIN-BADEN, M.; MAJOR, C. H. *New approaches to qualitative research: wisdom and uncertainty*. Routledge, 2010.

SAVIN-BADEN, M.; MAJOR, C. H. *Qualitative research: the essential guide to theory and practice*. Routledge, 2013.

SCHNELL, R.; HILL, P. B.; ESSER, E. *Methoden der empirischen sozialforschung*. München: Oldenbourg, 2008.

SENE, Lígia Soares. *Objetivos e materialidades do ensino de Português como língua de acolhimento: um estudo de caso*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Maria; ALMEIDA, João. A eficácia de métodos de ensino de segunda língua: uma síntese de pesquisa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 2, p. 123-145, 2020.

SOARES, Laura Fontana; SIRIANNI, Gabrielle Rodrigues. Concepções de letramento subjacentes em um material didático de Português Língua de Acolhimento (PLAc). *Revista Matraca*, v. 25, n. 44, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraca/article/view/33979>>. Acesso em: 20 out. 2024.

TEIXEIRA, W. B. *Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas*. 2014. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

UNHCR, United Nations High Commissioner for Refugees. *Handbook on the protection of stateless persons*. 2014.

VIAN JR, O. *Língua e cultura inglesa*. Curitiba: IESDE Brasil S. A, 2012.

WEDELL, M.; MALDEREZ, A. *Understanding language classroom contexts: the starting point for change*. London: Bloomsbury, 2013.

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena Mira. *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Cosmos, 1990. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=dtlinginfo>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ZAMBRANO, C. E. G. *Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima*. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos - Programa de Pós-Graduação Estudos Linguísticos UFMG. Belo Horizonte, 2021, f. 205-219.

.